

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR
INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ
CAMPUS CURITIBA-PR**

**PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM
GESTÃO PÚBLICA**

AUTORIZADO PELA RESOLUÇÃO 78/10 CONSELHO SUPERIOR

CURITIBA – 2015

INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ

Reitor

Elio de Almeida Cordeiro

Pró-Reitor de Ensino

Ezequiel Westphal

Diretora de Ensino Superior e Pós-Graduação

Prof^a. Mirele Carolina Werneque Jacomel

Coordenador de Ensino Superior

Luiz Aparecido Alves de Souza

Direção Geral do Campus

Adriano William da Silva

Direção de Ensino, Pesquisa e Extensão do Câmpus

Vilmar Fernandes

Coordenadores de Curso

Ciro Bächtold - Coordenador

Paulinho Rene Stefanello – Vice-Coordenador

Núcleo Docente Estruturante

Ciro Bächtold

Alexandre Fernandes

Aline Coletto

Berenice Romanelli

Janaina Franzolin

Marcos Rogério Maioli

SUMÁRIO

1 IDENTIFICAÇÃO E LOCAL DE FUNCIONAMENTO DO CURSO	05
2 APRESENTAÇÃO DO PROJETO	06
2.1 O INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ.....	06
2.2 MISSÃO, VISÃO E VALORES.....	06
3 ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA.....	07
3.1 CONCEPÇÃO DO CURSO.....	07
3.2 JUSTIFICATIVA.....	08
3.3 OBJETIVOS.....	09
3.4 FORMAS DE ACESSO, PERMANÊNCIA E MOBILIDADE ACADÊMICA.....	09
3.4.1 Bolsas de Pesquisa, Bolsas de Extensão e Inclusão Social.....	09
3.4.2 Aproveitamento de Estudos Anteriores.....	09
3.4.3 Certificação de Conhecimentos Anteriores.....	10
3.4.4 Expedição de Diplomas e Certificados.....	10
3.5 PERFIL DO EGRESSO.....	10
3.5.1 Áreas de Atuação do Egresso.....	11
3.5.2 Acompanhamento de Egressos.....	11
3.5.3 Registro Profissional.....	11
3.6 PERFIL DO CURSO.....	11
3.6.1 Indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão.....	11
3.6.2 Estratégias Pedagógicas.....	11
3.6.3 Atendimento ao Discente.....	12
3.6.4 Educação Inclusiva.....	12
3.6.5 Integração com a Pós-Graduação.....	12
3.7 AVALIAÇÃO.....	12
3.7.1 Avaliação da Aprendizagem.....	12
3.7.2 Plano de Avaliação Institucional.....	12
3.7.3 Avaliação do Curso.....	12
3.7.4 Avaliação do Projeto Pedagógico de Curso.....	13
3.8 ESTRUTURA CURRICULAR.....	13
3.8.1 Matriz Curricular.....	13
3.8.2 Disciplinas Optativas.....	15
3.8.3 Terminalidades Intermediárias.....	15
3.8.4 Representação Gráfica do Processo Formativo.....	15
3.9 EMENTÁRIO E BIBLIOGRAFIAS.....	17

3.10 ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO	64
3.11 TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO	64
3.12 ATIVIDADES COMPLEMENTARES.....	64
4 CORPO DOCENTE E TÉCNICO ADMINISTRATIVO	65
4.1 CORPO DOCENTE	
4.1.1 Atribuições do Coordenador	72
4.1.2 Experiência do Coordenador	75
4.1.3 Núcleo Docente Estruturante	75
4.1.4 Colegiado do Curso	76
4.1.5 Políticas de Capacitação Docente	76
4.1.6 Plano de Cargos e Salários dos Docentes	76
4.2 CORPO TÉCNICO ADMINISTRATIVO	77
4.2.1 Políticas de Capacitação do Técnico Administrativo.....	77
4.2.2 Plano de Cargos e Salários dos Servidores Técnicos Administrativos	77
5 INSTALAÇÕES FÍSICAS	77
5.1 ÁREAS DE ENSINO ESPECÍFICAS	78
5.2 ÁREAS DE ESTUDO GERAL.....	78
5.3 ÁREAS DE ESTUDO ESPECÍFICO	78
5.4 ÁREAS DE ESPORTE E VIVÊNCIA.....	78
5.5 ÁREAS DE ATENDIMENTO DISCENTE.....	78
5.6 ÁREAS DE APOIO	78
5.7 BIBLIOTECA.....	78
6 PLANEJAMENTO ECONÔMICO FINANCEIRO.....	78
6.1 EXPANSÃO DO QUADRO DOCENTE.....	78
6.2 PROJEÇÃO DE AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PERMANENTE E CONSUMO	78
6.3 PROJEÇÃO DE AQUISIÇÃO DE ACERVO BIBLIOGRÁFICO.....	78

1. IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO

PROCESSO NÚMERO:

NOME DO CURSO: Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública

EIXO TECNOLÓGICO: Gestão e Negócios

COORDENAÇÃO

Coordenador: Prof. Ciro Bächtold

E-mail: ciro.bachtold@ifpr.edu.br Telefone: (41) 9643-4380

Vice-Coordenador: Paulinho Rene Stefanello

E-mail: paulinho.stefanello@ifpr.edu.br Telefone: (41) 8512-7904

LOCAL DO CAMPUS: Rua João Negrão, 1285, Bairro Rebouças – Curitiba - Pr

TEL: (41) 3535-1428

HOME-PAGE:
curitiba.ifpr.edu.br

E-mail:
direcao.curitiba@ifpr.edu.br

DIREÇÃO GERAL: Dr. Adriano Willian da Silva

DIREÇÃO DE ENSINO: Me. Sheila Cristiana de Freitas

RESOLUÇÃO DE CRIAÇÃO: Resolução 78/10 do Conselho Superior

APROVAÇÃO DO PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO ()
AJUSTE CURRICULAR DO PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO (X)

COMISSÃO RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DO PPC OU AJUSTE CURRICULAR:

Ciro Bächtold
Alexandre Fernandes
Aline Coletto
Berenice Romanelli
Janaina Franzolin
Marcos Rogério Maioli

Forma de Oferta: Presencial.

Quantidade de Vagas: Mínimo 20 e máximo 40.

Turno de oferta: Noturno.

Horário de oferta do curso: 19:00 as 22:40.

Tipo de Matrícula: Semestral.

Regime Escolar: Semestral.

Prazo de Integralização Curricular: Prazo mínimo 2,5 anos e prazo máximo 4 anos para conclusão do curso.

Local de Funcionamento: Campus Curitiba-PR.

2. APRESENTAÇÃO DO PROJETO:

O curso de Tecnologia em Gestão Pública - oferecido Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná - IFPR é mantida pelo próprio instituto. O curso é de nível superior e teve o ato autorizativo anterior através da Resolução (criação) nº 78/10. A IES-IFPR inseriu no sistema e-MEC um processo de Recredenciamento nº 201000712, que se encontra protocolado. O curso foi avaliado em 2012, pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP, recebendo o conceito 3, como curso de boa qualidade. O curso foi criado para atender uma demanda regional e local quanto à formação de profissionais capacitados para a gestão pública no âmbito Municipal, Estadual e Federal. As aulas acontecem na Rua João Negrão, nº1285, bairro Rebouças - Cidade de Curitiba – Paraná – CEP: 80230-150.

2.1 - Missão, Visão e Valores do IFPR

Missão: Promover e valorizar a educação profissional e tecnológica, com base na indissociabilidade do ensino, pesquisa e extensão, contribuindo para a formação do cidadão e da sustentabilidade da sociedade paranaense e brasileira, com amparo nos princípios da ética e da responsabilidade social.

Visão: Ser modelo de instituição de educação profissional e tecnológica caracterizada pelo compromisso social, ambiental e com a sustentabilidade, capaz de atuar com inovação e de forma transformadora.

Valores:

- a)** Compromisso com a construção do saber e reconhecimento dos saberes sociais;
- b)** Promoção de educação de qualidade, inclusiva e integradora, formadora de profissionais competentes e comprometidos com a responsabilidade sócio-ambiental;
- c)** Gestão participativa, dinâmica e transparente, comprometida com a qualidade de vida;
- d)** Desenvolvimento de inovação tecnológica por meio de postura empreendedora;
- e)** Comportamento ético orientado pelos princípios da dignidade humana, respeito às diferenças dos cidadãos e combate a todas as formas de discriminação;
- f)** Respeito, preservação e disseminação da cultura e das tradições locais;
- g)** Qualidade e excelência para promover a melhoria contínua dos serviços oferecidos, para a satisfação da sociedade.

Para a elaboração deste projeto, foram consultadas a seguinte legislação (1) LEI 9394/1996 – LDB; (2) DECRETO nº 5.296/2004, de 02 de Dezembro de 2004; (3)

PARECER CNE 239/2008, (4) PARECER CNE/CES 277/2006 (5) PARECER CNE/CES N.º 269/2004; (6) PARECER N.º CNE/CES 0289/2003; (7) PARECER CNE 29/2002, (8) PARECER CNE 436/2001, (9) RESOLUÇÃO CNE/CP 2, DE 19 de fevereiro de 2002; (10) RESOLUÇÃO CNE/CP Nº 1, de 15 de maio de 2006; (11) RESOLUÇÃO CNE/CES 10, DE 16 de dezembro DE 2004; (12) RESOLUÇÃO CNE/CES 8, de 4 de outubro de 2007, (13) RESOLUÇÃO CNE/CP 3/2002 de 18 de dezembro de 2002.

3. Organização Didático-Pedagógica

3.1 Concepção do Curso:

O conceito de Gestão remete ao entendimento da capacidade de execução das ações necessárias à condução de uma organização a fim de que ela cumpra com sua missão de atendimento e desenvolvimento da sociedade. As atuais demandas, exigem agentes públicos capacitados para atender às necessidades da sociedade atual.

As necessidades sociais perpassam, desde os programas assistencialistas até o funcionamento e atendimento dos órgãos públicos, ultrapassando a infraestrutura geral chegando até o funcionamento e atendimento dos diversos setores, o que implica a adoção de transparência no trato com as informações, possibilitando assim o acompanhamento, o controle e a fiscalização por parte da comunidade.

Nesse momento histórico, cabe então, a atualização e capacitação permanente via convênio firmado entre o Ministério do Planejamento com o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná - IFPR enquanto qualificação oferecida aos funcionários públicos.

A RESOLUÇÃO CNE/CP 3, de 18 de dezembro de 2002 que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a organização e o funcionamento dos cursos superiores de tecnologia, publicada no Diário Oficial da União de 23 de dezembro de 2002, Seção 1, p. 162, no artigo 2º apresenta que:

Art. 2º Os cursos de educação profissional de nível tecnológico serão designados como cursos superiores de tecnologia e deverão:

I - incentivar o desenvolvimento da capacidade empreendedora e da compreensão do processo tecnológico, em suas causas e efeitos;

II - incentivar a produção e a inovação científico-tecnológica, e suas respectivas aplicações no mundo do trabalho;

III - desenvolver competências profissionais tecnológicas, gerais e específicas, para a gestão de processos e a produção de bens e serviços;

IV - propiciar a compreensão e a avaliação dos impactos sociais, econômicos e ambientais resultantes da produção, gestão e incorporação de novas tecnologias;

V - promover a capacidade de continuar aprendendo e de acompanhar as mudanças nas condições de trabalho, bem como propiciar o prosseguimento de estudos em cursos de pós-graduação;

VI - adotar a flexibilidade, a interdisciplinaridade, a contextualização e a atualização permanente dos cursos e seus currículos;

VII - garantir a identidade do perfil profissional de conclusão de curso e da respectiva organização curricular.

(<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CP032002.pdf>)

Cabe ressaltar a amplitude e profundidade exigida aos cursos tecnólogos, o que garante a excelência da formação que visa atender às demandas sociais, posto que a Administração Pública no Brasil vive um momento de mudanças com a regulamentação de leis que passam a exigir planejamento, gestão eficaz e transparência no cumprimento de metas fiscais. Este cenário requer uma nova postura dos Gestores Públicos. Desde os anos 1970 e, em especial, com a promulgação da Constituição de 1988, os gestores

públicos vêm sendo obrigados a desempenhar papel cada vez mais importante no provimento de serviços, na implementação das políticas públicas, e na regulamentação das atividades econômicas em seus territórios, no monitoramento da questão dos recursos hídricos e meio-ambiente, na promoção do desenvolvimento econômico e geração de emprego, na assistência social à população e segmentos sociais mais vulneráveis.

O desafio da atualização profissional é muito grande diante de rápidas e profundas transformações ocorridas no mundo globalizado. Hoje a tecnologia exige e permite a obtenção de informações em tempo real evidenciando que a demanda pela capacitação profissional é muito grande em nosso país.

Em especial no âmbito da gestão pública, há uma necessidade de qualificação dos servidores públicos para que possam desempenhar o seu papel de forma eficiente e eficaz, beneficiando a toda a comunidade.

Assim sendo a proposta do curso que ora se apresenta é o uso da tecnologia para a capacitação profissional dos servidores públicos, compartilhando o conhecimento e indicando caminhos para que o próprio servidor encontre as informações de que necessita, permitindo o uso da tecnologia como aliada no seu processo de desenvolvimento profissional.

O curso é oferecido no período noturno e tem a carga horária de 1670 horas, correspondente a 05 módulos, com tempo mínimo de 2, 5 anos e 04 anos no máximo para integralização do curso. As disciplinas são oferecidas em módulos teóricos e práticos presenciais no período noturno. O referido curso tem TCC regulamentado com regimento próprio.

3.2 Justificativa: O Instituto Federal do Paraná- Campus Curitiba oferta curso Técnico em Administração de Empresas desde o ano de 1997, sendo que até o ano de 2008 pertencia a Universidade Federal do Paraná como Setor Escola Técnica. Nestes dez anos de atuação, o curso vem formando profissionais capacitados a exercerem inúmeras atividades nos mais diversos segmentos de mercado. Nossos egressos atuam nas áreas industrial, comercial e prestadora de serviços; em empresas com ou sem fins lucrativos; públicas, privadas ou de economia mista.

Uma importante justificativa para a oferta deste curso é uma qualificação específica na área pública, até então oferecida por poucas instituições de ensino superior no estado do Paraná e no Estado brasileiro. Apresenta-se uma significativa demanda por profissionais qualificados nesta área nas esferas municipal, estadual e federal. Na atualidade, as demandas sociais exigem cada vez mais das instituições públicas respostas adequadas, exigindo dos governantes e de seu funcionalismo atualização uma postura

Considerando a qualificação do corpo docente, da ampliação da infra-estrutura do Campus Curitiba do Instituto Federal do Paraná e respaldado pelo Decreto presidencial nº 5.154, de 23 de julho de 2004 que regulamenta o § 2º do artigo 36 e os artigos. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, Lei nº 11.741 de 16 de julho de 2008, que atualizou a LDB (Lei nº 9.394/96), que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, este Campus propõe um curso para atender a formação tecnológica na área de Gestão Pública. Nesta perspectiva, o Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública é uma proposta de um curso moderno que atende a demanda existente de qualificação do servidor público.

3.3 Objetivos

3.3.1 Objetivos Gerais: Qualificar, requalificar e criar profissionais para atuarem em todos os níveis da Administração Pública, oferecendo elementos que irão contribuir para a formação de gestores públicos e agentes políticos e sociais tanto para compreender a diversidade dos aspectos centrais da gestão pública, como para intervir concretamente na

melhoria de sua performance, para que tenham na busca de alternativas e soluções a oportunidade de aperfeiçoar seus conhecimentos para o exercício de suas atividades.

3.3.2 Objetivos Específicos:

- Permitir a reflexão sobre a Administração Pública no Brasil, através do tratamento dos conceitos fundamentais, bem como dos processos históricos mais relevantes;
- Propor métodos para a elaboração, execução e avaliação nas atividades de Gestão de projetos de investimentos considerados integradores, sustentáveis e relevantes para a Administração Pública;
- Promover o conhecimento e as formas de utilização dos instrumentos e técnicas de gestão de orçamentos e finanças que possibilitem aos acadêmicos superar os desafios e novas tendências organizacionais da Administração Pública.
- Discutir dificuldades encontradas, barreiras existentes que podem causar problemas administrativos e as alternativas para melhorar a qualidade de seus serviços;
- Atualizar os conhecimentos sobre as tendências atuais da gestão pública;
- Discutir os fundamentos teóricos e conceituais dos processos de mudança em curso;
- Refletir e trocar experiências sobre os processos de mudança em curso na gestão pública, especialmente sobre as metodologias utilizadas;
- Criar um espaço de debate permanente sobre a gestão pública.
- Formar e/ou aperfeiçoar gestores públicos, capacitando-os para o planejamento, o estabelecimento de metas e prioridades.
- Formar profissionais para assumir funções de direção, de liderança e técnicas, que contribuam para otimizar a capacidade de governo em todos os âmbitos.
- Proporcionar um espaço permanente de reflexão acerca da função pública baseada em sólidos valores éticos.

3.4 Formas de Acesso, Permanência e Mobilidade Acadêmica: O acesso ao curso será realizado pelo Sistema de Seleção Unificada (SISU) do Ministério da Educação (MEC) e por meio de processo seletivo organizado pela Pró-Reitoria de Ensino da Instituição.

3.4.1 Bolsas de Pesquisa, Bolsas de Extensão e Inclusão Social: A Política de Apoio Estudantil do IFPR compreende o conjunto de ações voltadas aos estudantes e que atendam aos princípios de garantia de acesso, permanência e conclusão do curso de acordo com os princípios da Educação Integral (formação geral, profissional e tecnológica) em estreita articulação com os setores produtivos locais, econômicos e sociais e é posta em prática, através da oferta periódica de vários Programas de Bolsas de Estudos, sendo regulamentada através das Resoluções do CONSUP nº 011/2009 e nº 53/2011.

Essa Política tem como premissa a respeitabilidade a diversidade social, étnica, racial e inclusiva na perspectiva de uma sociedade democrática e cidadã, pautando-se nos seguintes princípios:

- I. Educação profissional e tecnológica pública e gratuita de qualidade;
- II. Igualdade de oportunidade no acesso, permanência e conclusão de curso;
- III. Garantia de qualidade de formação tecnológica e humanística voltada ao fortalecimento das políticas de inclusão social;
- IV. Defesa do pluralismo de idéias com reconhecimento a liberdade de expressão;
- V. Eliminação de qualquer forma de preconceito ou discriminação;

São Programas de Bolsas de Estudos do IFPR: o Programa Institucional de Iniciação Científica – PIIC, o Programa de Bolsas de Extensão, o Programa de Bolsas de Inclusão Social – PBIS e o Programa de Auxílio Complementar ao Estudante – PACE.

O Programa Institucional de Iniciação Científica – PIIC é voltado para o desenvolvimento do pensamento científico e iniciação à pesquisa de estudantes de

graduação e integra todos os programas de iniciação científica de agências de fomento. Este programa tem como objetivos despertar vocação científica e incentivar novos talentos potenciais entre estudantes de graduação, propiciar à Instituição um instrumento de formulação de política de iniciação à pesquisa para alunos de graduação, estimular uma maior articulação entre a graduação e pós-graduação, contribuir para a formação de recursos humanos para a pesquisa, contribuir de forma decisiva para reduzir o tempo médio de permanência dos alunos na pós-graduação, estimular pesquisadores produtivos a envolverem alunos de graduação nas atividades científica, tecnológica e artístico-cultural, proporcionar ao bolsista, orientado por pesquisador qualificado, a aprendizagem de técnicas e métodos de pesquisa, bem como estimular o desenvolvimento do pensar cientificamente e da criatividade, decorrentes das condições criadas pelo confronto direto com os problemas de pesquisa, além de contribuir para a formação científica de recursos humanos que se dedicarão a qualquer atividade profissional. O PIIC do IFPR é regulamentado através da Resolução CONSUP nº 11/11.

O Programa de Bolsas de Extensão tem por objetivos principais incentivar as atividades de extensão com vistas a produção e divulgação do conhecimento a partir da realidade local, contribuir com a formação do estudante em seus aspectos técnico tecnológico e humano, promover a participação de servidores e estudantes em atividades de integração com a sociedade, incentivar a interação entre o conhecimento acadêmico e o popular contribuindo com políticas, públicas, assim como, colaborar com a articulação entre ensino pesquisa e extensão.

O Programa de Bolsas de Inclusão Social – PBIS consiste em oportunizar aos alunos, com vulnerabilidade socioeconômica, remuneração financeira como incentivo à participação em propostas acadêmicas, que contribuam com a sua formação. Para a participação no referido programa será considerado, além da avaliação socioeconômica, o risco de abandono, reprovação ou dificuldades de desempenho do estudante no curso.

O estudante poderá participar do Programa de Bolsas Acadêmicas de Inclusão Social através de diversas atividades vinculadas ao ensino, pesquisa, extensão ou ainda àquelas atividades administrativo-pedagógicas, tais como: coordenações de curso, bibliotecas, laboratórios, unidades administrativas (tanto nos Campi como nas Pró-Reitorias, Gabinete do Reitor e Assessorias da Reitoria) entre outros, sendo que, em qualquer um dos projetos/propostas ou atividades em que o estudante for selecionado será obrigatória a orientação direta de um responsável docente ou técnico-administrativo. A regulamentação do Programa de Bolsas Acadêmicas de Inclusão Social está expressa na Resolução CONSUP nº 64/10.

O Programa de Auxílio Complementar ao Estudante - PACE está regulamentado pela Resolução da Política de Apoio Estudantil e pela Instrução Interna de Procedimentos Nº 20/PROENS, de 27/02/2012. O PACE objetiva oferecer apoio aos estudantes regularmente matriculados em situação de vulnerabilidade socioeconômica, propiciando recurso financeiro mensal, por meio da oferta de auxílio-moradia, auxílio-alimentação e auxílio-transporte, contribuindo para sua permanência e conclusão do curso.

3.4.2 Aproveitamento de Estudos Anteriores: No Curso de Tecnologia em Gestão Pública, o aproveitamento de estudos e a certificação de conhecimentos adquiridos através de experiências vivenciadas previamente ao início do curso ocorrerão conforme descrito a seguir:

De acordo com a Resolução 55/2011 – CONSUP/IFPR, o aproveitamento de estudos anteriores compreende o processo de aproveitamento de componentes curriculares ou etapas (séries, módulos, blocos) cursadas com êxito em outro curso. Nos cursos de Graduação, o aproveitamento de ensino compreende a possibilidade de aproveitamento de disciplinas cursadas em outro curso de ensino superior, quando solicitado pelo aluno. O pedido de aproveitamento de estudos deve ser avaliado por Comissão de Análise composta de professores da área de conhecimento, seguindo os seguintes critérios:

I. correspondência entre a instituição de origem e o IFPR em relação às ementas, ao conteúdo programático e à carga horária cursados. A carga horária cursada não deverá ser inferior a 75% daquela indicada na disciplina do curso do IFPR;

II. além da correspondência entre as disciplinas, o processo de aproveitamento de estudos poderá envolver avaliação teórica e/ou prática acerca do conhecimento a ser aproveitado.

O pedido de aproveitamento de estudos deve ser protocolado na Secretaria Acadêmica do Campus, durante o prazo estabelecido no calendário acadêmico, por meio de formulário próprio, acompanhado de histórico escolar completo e atualizado da instituição de origem, da ementa e do programa do componente curricular, autenticados pela Instituição de ensino credenciada pelo MEC.

É vedado o aproveitamento de estudos entre níveis de ensino diferentes.

3.4.3 Certificação de Conhecimentos Anteriores: De acordo com a Resolução 55/2011 – CONSUP/IFPR, entende-se por Certificação de Conhecimentos Anteriores a dispensa de frequência em componente curricular do curso do IFPR em que o estudante comprove excepcional domínio de conhecimento através da aprovação em avaliação. A avaliação será realizada sob responsabilidade de Comissão composta por professores da área de conhecimento correspondente, designada pela Direção de Ensino, Pesquisa e Extensão do Campus, a qual estabelecerá os procedimentos e os critérios para a avaliação, de acordo com a natureza do conhecimento a ser certificado.

A avaliação para Certificação de Conhecimentos Anteriores poderá ocorrer por solicitação fundamentada do estudante, que justifique a excepcionalidade, ou por iniciativa de professores do curso.

Não se aplica a Certificação de Conhecimentos Anteriores para o componente curricular de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) ou Monografia, bem como para Estágio Supervisionado.

3.4.4 Expedição de Diplomas e Certificados: Dada a conclusão do curso, isto é, a aquisição da totalidade das competências, através do resultado satisfatório do estudante em todos os componentes curriculares e frequência igual ou superior a 75%, será conferido um Diploma de Curso superior de Tecnólogo em Gesto Publica. Não haverá a certificação intermediária neste curso.

3.5 Perfil do Egresso: O curso possibilita que o aluno, ao concluí-lo, esteja capacitado para atuar desenvolvendo as competências profissionais gerais da gestão pública. Pretende-se do aluno após a conclusão do curso que possa: Aplicar os conceitos do Direito Público, Identificar conflitos de poder na esfera pública, Reconhecer práticas públicas idôneas, Reconhecer práticas democráticas no Estado de Direito, Aplicar modelos de gestão à organização pública de modo contextualizado, Estabelecer a relação de causa e efeito entre opções de gestão e o fracasso ou sucesso organizacional, Propor soluções organizacionais a partir de modelos históricos de gestão, Reconhecer modelos de gestão aplicados no contexto do Estado Brasileiro, Aplicar princípios de controle no gerenciamento organizacional, Imprimir limites éticos à direção no contexto das organizações, Empregar o processo de planejamento para a elaboração de projetos organizacionais públicos, Organizar as documentações pertinentes ao serviço público, Aplicar princípios de controle no gerenciamento documental, Gerenciar as informações adequadamente e de forma contextualizada, Redigir documentos oficiais, Opinar sobre a lisura de licitações e contratos públicos, Identificar as formas e características de Licitações públicas, Aplicar as normas da Lei 8.666/93 e suas atualizações, da redação, de editais de licitação e contratos peculiares à esfera pública, Apontar a aplicabilidade da Lei 4320/64 e Lei Complementar 101/2000, Reconhecer a importância da Lei 4320/64 e Lei Complementar 101/2000, Diferenciar relatórios e demonstrações contábeis, Aplicar

conhecimentos de Direito Tributário, Reconhecer as esferas tributárias nacionais, Aplicar os princípios do Código Tributário Nacional, Participar da elaboração do orçamento, Respeitar a legislação e as diretrizes orçamentárias, Indicar posturas de respeito à responsabilidade fiscal, Organizar o funcionamento de estoques e almoxarifados, Gerenciar e controlar o patrimônio público, Elaborar políticas públicas, Efetivar ações públicas para a construção do estado de bem estar social, Executar atividades de efetivação de políticas públicas, Elaborar ações sociais públicas para o resgate social, Discutir estratégias de marketing público, Aliar o marketing público à informação da população, Elaborar propostas de legislação trabalhista concernente ao poder público, Articular interesses no trâmite de legislações, Analisar o encaminhamento de decisões legislativas, Cooperar com o entrosamento entre os poderes legislativo, judiciário e executivo, Planejar e otimizar a oferta de serviços públicos, Propor a melhora das atividades de serviços públicos, Elaborar e revisar o Plano Diretor, Associar qualidade de vida a ações de urbanização, Planejar ações de urbanização, Propor políticas públicas ambientais sustentáveis, Discutir empreendimentos do ponto de vista da sustentabilidade, Reconhecer condições favoráveis e desfavoráveis a economias local, estadual e federal, Analisar cenários político-econômicos, Elaborar projetos economicamente viáveis para desenvolvimento econômico.

3.5.1 Áreas de Atuação do egresso: profissionais para assumir funções de direção, de liderança e técnicas, que contribuam para otimizar a capacidade de governo em todos os âmbitos.

3.5.2 Acompanhamento de Egressos: As ações de acompanhamento são contempladas por meio do monitoramento de egressos, o periódico contato com egressos, com o intuito de acompanhar os estudantes do IFPR mesmo após a conclusão do curso, mantendo banco de dados específico e promovendo ações de integração que podem servir para consolidar e avaliar políticas institucionais de formação ou de difusão tecnológica. Mesmo após a conclusão do curso, os egressos são periodicamente convidados a participar de palestras e eventos relacionados à sua área de formação no Campus, bem como são convidados a relatar sua experiência no curso, aos alunos em curso.

3.5.3 Registro Profissional: O registro profissional é opcional. O egresso do curso poderá solicitar o registro no Conselho Regional de Administração – CRA, conforme Resolução Normativa CFA n. 374/2009.

3.6 Perfil do Curso: O curso de tecnologia em Gestão Pública foi criado para atender uma demanda regional e local quanto à formação de profissionais capacitados para a gestão pública no âmbito Municipal, Estadual e Federal, teve seu início no ano de 2011 levando em consideração a qualificação de nosso corpo docente e da ampliação da infraestrutura do Campus Curitiba do Instituto Federal do Paraná.

3.6.1 Indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão:

As políticas institucionais de ensino de extensão e pesquisa estão previstas no âmbito do Curso de forma transversal, sendo que a interdisciplinaridade e as formas de sua realização são incentivadas pela coordenação em cada etapa do curso. O objetivo é promover um trabalho pedagógico em que teoria e prática sejam convergidas para a aplicação do conhecimento às necessidades mundo moderno de forma a contribuir para o desenvolvimento social, econômico e cultural e formando cidadãos cientes do seu papel na construção de uma sociedade mais justa e equitativa. A pesquisa e a extensão, enquanto integradas à Educação Profissional e Tecnológica, tem como objeto a produção e divulgação de ciências e tecnologias que permitam o enfrentamento dos problemas

locais e regionais. Ou seja, seu compromisso será a formação de subjetividades que compreendam o potencial transformador do conhecimento enquanto promotor de qualidade de vida, com sustentabilidade e democracia. Nesse contexto insere-se o compromisso com a inovação, compreendida tanto com processos e produtos que alavanquem o desenvolvimento, com sustentabilidade e inclusão, como no desenvolvimento de subjetividades capazes de produzir novas soluções ao pensar cientificamente a prática social. Para tanto, a pesquisa, articulada ao ensino, fornece conhecimentos, problemas de investigação e espaços para programas, projetos e cursos de extensão, incluindo também a perspectiva da formação política. Da mesma forma, o curso prevê a investigação de linhas de pesquisa e a proposição de projetos que possam articular, de modo interdisciplinar: investigação, apropriação do conhecimento e intervenção social. As atividades de pesquisa e extensão devem contribuir para o aprimoramento das ações do ensino, como também ampliar as possibilidades de apropriação dos conhecimentos, não se distanciando da realidade, mas problematizando-a e propondo sua ressignificação. Esse compromisso se efetiva por meio de políticas de acesso e permanência, no apoio a projetos inovadores e na difusão de conhecimentos e informações que contribuam para a inclusão no meio acadêmico e na sociedade.

3.6.2 Estratégias Pedagógicas: As estratégias pedagógicas serão: aulas presenciais, atividades complementares, seminários, palestras, atividades de complementação de aprendizagem (nivelamento), atividades interdisciplinares, avaliações, teste escrito e/ou oral, observação direta do professor como ética, prontidão e iniciativa, entre outras.

3.6.3 Atendimento ao Discente: Apoio ao Discente está previsto na carga horária dos professores, onde cada Docente reserva até 04 horas para atendimento aos alunos por semana, marcado de forma direta através de agenda ou em horários pré-fixados pelos professores. Os alunos tem à disposição horário semanal disponível pela coordenação de curso e auxílio do NAEP - Núcleo de Acompanhamento do Estudante e Apoio ao Professor existente no Campus.

3.6.4 Educação Inclusiva: A Educação Inclusiva faz parte do perfil do aluno da instituição, sendo materializado por quatro grandes grupos: alunos oriundos de escola públicas, alunos sociais (baixa renda), afro-descendentes e indígenas, contemplando por fim, a concorrência geral. O atendimento ao disposto no Decreto no. 5.296/2004 está sendo realizado de modo consciente, obedecendo as limitações de recursos e a indisponibilidade de profissionais especializados para atendimento aos portadores de necessidades especiais. Com relação ao espaço físico, adaptações tem sido feitas visando propiciar a acessibilidade das pessoas portadoras de necessidades especiais.

3.6.5 Integração com a Pós-Graduação: Os egressos são incentivados durante o período do curso a dar continuidade em seus estudos, na busca da excelência e formação continuada. Atualmente, utilizando a educação à distância, o IFPR oferece três cursos de especialização lato sensu em Gestão Pública, com habilitação nas seguintes áreas: Gestão de Pessoas, Políticas Públicas e Logística.

3.7 AVALIAÇÃO

3.7.1 Avaliação da Aprendizagem: A avaliação da aprendizagem nas disciplinas do curso tecnólogo em Gestão Pública será realizada de forma contínua, cumulativa e sistemática. Dessa forma, a avaliação assume as funções diagnóstica, formativa e integradora, tendo como princípio fundamental o desenvolvimento da consciência crítica e

constituindo instrumento colaborador na verificação da aprendizagem, com o predomínio dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos.

Em termos quantitativos, a avaliação do desempenho escolar é feita por disciplinas e semestres, considerando-se eliminatórios os aspectos de assiduidade e aproveitamento conforme Portaria nº 120 de 06 de agosto de 2009:

- a assiduidade diz respeito à frequência às aulas teóricas, aos trabalhos escolares, aos exercícios de aplicação e atividades práticas, que não deve ser inferior a 75% das aulas dadas;
- o aproveitamento escolar é avaliado através de acompanhamento contínuo do estudante e dos resultados por ele obtidos nas atividades avaliativas, que são traduzidos em conceitos que variam da A a D, sendo que os conceitos A, B e C indicam aproveitamento satisfatório, e o conceito D insuficiente no componente curricular. A recuperação dos conteúdos e conceitos será realizada de forma concomitante, isto é, ao longo do período letivo, não havendo limites de componentes avaliativos.

Em suma, o conceito mínimo para aprovação na disciplina é C e a frequência mínima é de 75% sobre o total das aulas dadas.

3.7.2 Plano de Avaliação Institucional: através da Resolução do CS N° 23 de 2009, do Instituto Federal do Paraná com a nomeação da CPA - comissão Permanente de Avaliação.

3.7.3 Avaliação do Curso: através de um programa de auto-avaliação institucional aplicado semestralmente aos discentes e aberto ao Núcleo Docente Estruturante - NDE.

3.7.4 Avaliação do Projeto Pedagógico do Curso: O Projeto Pedagógico do Curso de Tecnologia em Gestão Pública é avaliado em dois momentos distintos:
*Avaliação inicial - no final de cada semestre, através de reuniões do Núcleo Docente Estruturante, quando são propostas mudanças necessárias, considerando as atividades desenvolvidas no semestre vigente.

*Avaliação contínua - no decorrer dos semestres, por meio das reuniões de professores e do Colegiado de Curso.

O trabalho pedagógico dos professores do curso é avaliado periodicamente, ao longo do semestre quando se efetiva o acompanhamento das atividades desenvolvidas com os alunos e os resultados obtidos.

Nesse momento tanto a coordenação quanto o corpo docente são informados das dificuldades apresentadas pelas turmas e os alunos que necessitam de uma atenção especial. Esse é o espaço por excelência, para se discutir as alternativas viáveis para o planejamento das atividades docentes.

A readequação do Projeto Pedagógico e a orientação das dimensões e dos diferentes aspectos do curso é realizada sempre que necessário, com o comprometimento da coordenação, corpo docente e discente.

Existe hoje vigente no curso um programa de auto-avaliação institucional aplicado semestralmente aos discentes e aberto ao NDE. Os resultados serão utilizado na melhoria do desempenho institucional vez que são avaliadas as áreas relacionadas ao processo de ensino/aprendizagem, infra-estrutura institucional e atuação docente.

3.8 Estrutura Curricular:

A organização curricular está fundamentada na Lei Nº 9.394/96, Decretos 5.154/04 e 5.773/06, Resolução CNE/CP Nº 03/02, Parecer CNE/CP Nº 29/02, Parecer CNE/CES Nº 277/06 Parecer CNE/CES nº 436/2001 e nas Orientações do Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia.

A carga horária total do Curso é de 1.670 horas distribuídos em 5 semestres letivos. Haverá necessidade da realização do TCC cujas especificações encontram-se no Programa das disciplinas em anexo.

3.8.1 Matriz Curricular

COMPONENTES CURRICULARES	CARGA HORÁRIA		
	TOTAL (horas-aulas)		TOTAL (horas-relógio)
	01*	02*	
PERÍODO LETIVO	1º SEMESTRE		
Gestão Aplicada ao Setor Público	04	80	67
Ética no Serviço Público	02	40	33
Fundamentos da Economia	02	40	33
História Política do Brasil	02	40	33
Orçamento Público	04	80	67
Trabalho e Sociedade	02	40	33
Comunicação Oficial	04	80	67
TOTAL	20	400	333
PERÍODO LETIVO	2º SEMESTRE		
Contabilidade Pública	04	80	67
Gestão da Informação	02	40	33
Planejamento Urbano	04	80	67
História Econômica do Brasil	02	40	33
Matemática Financeira Aplicada	04	80	67
Estado e Sociedade	02	40	33
Noções de Direito Público e Privado	02	40	33
TOTAL	20	400	333
PERÍODO LETIVO	3º SEMESTRE		
Relações Institucionais	04	80	67
Gestão de Pessoas	02	40	33
Direito Administrativo Aplicado	04	80	67
Gestão de Políticas Públicas	04	80	67
Marketing Público	04	80	67
Psicologia do Trabalho	02	40	33
TOTAL	20	400	334
PERÍODO LETIVO	4º SEMESTRE		
Metodologia Científica	02	40	33
Gestão de Projetos	04	80	67
Gestão Ambiental	04	80	67
Prestação de Contas	04	80	67
Direito Tributário	04	80	67
Gestão Participativa	02	40	33

TOTAL	20	400	334
PERÍODO LETIVO	5º SEMESTRE		
Planejamento Estratégico - Optativa	04	80	67
Gestão de Serviços e Obras Públicas	04	80	67
Língua Brasileira de Sinais –LIBRAS. Optativa	04	80	67
Controle Interno e Externo	04	80	67
Patrimônio, Materiais e Logística	04	80	67
Projeto de Conclusão de Curso	04	80	67
TOTAL	20	480	335
TOTAL GERAL		2080	1736

Uma hora-aula corresponde a 50 minutos; 01 carga horária semanal; 02* carga horária semestral.

3.8.2 Disciplina Optativa: Além das disciplinas mencionadas na matriz curricular que são obrigatórias, para integralização do curso os alunos deverão realizar uma disciplina optativa, conforme disciplinas oferecidas no último semestre do curso: Planejamento estratégico e/ou Língua Brasileira de Sinais –LIBRAS.

3.8.3 Terminalidades Intermediárias Não haverá a certificação intermediária no curso.

3.8.4 Representação Gráfica do Processo Formativo:

COMPONENTES CURRICULARES	CARGA HORÁRIA		
	TOTAL (horas-aulas)		TOTAL (horas-relógio)
	01*	02*	
PERÍODO LETIVO	1º SEMESTRE		
Gestão Aplicada ao Setor Público	04	80	67
Ética no Serviço Público	02	40	33
Fundamentos da Economia	02	40	33
História Política do Brasil	02	40	33
Orçamento Público	04	80	67
Trabalho e Sociedade	02	40	33
Comunicação Oficial	04	80	67
TOTAL	20	400	333
PERÍODO LETIVO	2º SEMESTRE		
Contabilidade Pública	04	80	67
Gestão da Informação	02	40	33
Planejamento Urbano	04	80	67
História Econômica do Brasil	02	40	33
Matemática Financeira Aplicada	04	80	67
Estado e Sociedade	02	40	33
Noções de Direito Público e Privado	02	40	33
TOTAL	20	400	333

PERÍODO LETIVO	3º SEMESTRE		
Relações Institucionais	04	80	67
Gestão de Pessoas	02	40	33
Direito Administrativo Aplicado	04	80	67
Gestão de Políticas Públicas	04	80	67
Marketing Público	04	80	67
Psicologia do Trabalho	02	40	33
TOTAL	20	400	334
PERÍODO LETIVO	4º SEMESTRE		
Metodologia Científica	02	40	33
Gestão de Projetos	04	80	67
Gestão Ambiental	04	80	67
Prestação de Contas	04	80	67
Direito Tributário	04	80	67
Gestão Participativa	02	40	33
TOTAL	20	400	334
PERÍODO LETIVO	5º SEMESTRE		
Planejamento Estratégico - Optativa	04	80	67
Gestão de Serviços e Obras Públicas	04	80	67
Língua Brasileira de Sinais –LIBRAS. Optativa	04	80	67
Controle Interno e Externo	04	80	67
Patrimônio, Materiais e Logística	04	80	67
Projeto de Conclusão de Curso	04	80	67
TOTAL	20	400	335
TOTAL GERAL		2080	1736

3.9 Ementário e Bibliografias:

Componente Curricular	Gestão Aplicada ao Setor Público		
Período letivo:	1º Semestre	Carga Horária:	67 h
Objetivos			
<p>Compreender a evolução histórica e a importância da gestão pública. Contextualizar as teorias da Administração e sua aplicabilidade na gestão pública. Compatibilizar o contexto público a opções de gestão. Reconhecer o controle, o planejamento, a direção e a organização como métodos organizacionais. Delimitar os limites dos métodos de gestão a partir do contexto organizacional público Expressar a importância dos métodos de gestão para a gestão pública.</p>			
Ementa			
<p>Definição e conceitos aplicados à Administração Pública; Evolução da administração pública ao longo da História; Principais Teorias da Administração e sua aplicabilidade à Administração Pública; Funções da Administração voltadas à administração Pública; As formas da administração pública e sua evolução histórica; Desburocratização e sua aplicabilidade; Práticas atuais de gestão pública.</p>			

Bibliografia Básica

- SANTOS, Clezio Saldanha dos. Introdução à Gestão Pública. 1ª Ed. São Paulo: Saraiva, 2006.
MATIAS-PEREIRA, José. Curso de Administração Pública: foco nas instituições e ações governamentais. 3ª Ed. São Paulo: Atlas, 2010.



Ministério da Educação
Instituto Federal do Paraná

KANAANE, Roberto; FIEL FILHO, Alécio; FERREIRA, Mara dias Graças (Orgs). *Gestão Pública: planejamento, processos, sistemas de informação e pessoas*. 1ª Ed. São Paulo: Atlas, 2010.

Bibliografia Complementar

PETERS, B. Guy; PIERRE, Jon. (Orgs.). *Administração Pública: coletânea*. 1ª Ed. Brasília: ENAP, 2010.

CHIAVENATTO, Idalberto. *Introdução à Teoria Geral da Administração*. 8ª Ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos. *Administração Pública Gerencial: estratégia e estrutura para um novo estado*. 1ª Ed. Brasília: ENAP, 1996.

WEBER, Max. *Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*. Vol.2. 2ª Ed. São Paulo: Imprensa oficial de São Paulo, 2004.

CARDOSO JUNIOR, José Celso (org.). **Burocracia e ocupação no setor público brasileiro**. 1ª Ed. Rio de Janeiro: IPEA, 2011.

Componente Curricular	Ética no Serviço Público		
Período letivo:	1º Semestre	Carga Horária:	33 h
Objetivos			
Compreender a importância da ética e seus princípios; Compreender o campo de atuação da ética profissional; Identificar a aplicação da ética profissional no setor público.			
Ementa			
Objetivo e Objetivo da Ética; O Conceito de Ética; O Campo da Ética; Fontes da Regras Éticas;			



Ministério da Educação
Instituto Federal do Paraná

Comportamento Ético do gestor público;
Conceitos, teorias éticas e morais;
A Ética e a Qualidade;
A Ética e a Lei;
A Ética e o Trabalho;
A Ética e a Corrupção;
A Ética e o Meio Ambiente;
A Ética e a Liderança;
A Ética Virtual;
A Ética e a Política;
A Ética e a Pobreza;
A Ética e a Responsabilidade Social;
Relações Étnico-raciais e Cultura Afro-brasileira e Africana

Bibliografia Básica

FREIRE, Elias & MOTTA, Sylvio. *Ética na Administração Pública: teoria e 630 questões*. 3ª Ed. Niterói: Impetus, 2006.

MASIP, Vicente Viciano. *Ética, caráter e personalidade: consciência individual e compromisso social*. 1ª Ed. São Paulo: EPU, 2002.

SÁ, Antonio Lopes. *Ética Profissional*. 1ª Ed. São Paulo: Atlas, 1998.

Bibliografia Complementar

VIEIRA, Maria Cristina de Andrade. *Comunicação empresarial: etiqueta e ética nos negócios*. São Paulo: Senac, 2007.

SROUR, Robert Henry. *Poder, cultura e ética nas organizações*. Rio de Janeiro: Campus, 2005.

SROUR, Robert Henry. *Ética empresarial: posturas responsáveis nos negócios, na política e nas relações pessoais*. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

MOSCOVICI, Fela. *Desenvolvimento Interpessoal: treinamento em grupo*. 8ª Ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1998



NALINI, José Renato. *Ética Geral e Profissional*. . 6ª Ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2008.

MATOS, Regiane Augusto de. *História e Cultura Afro-brasileira*. São Paulo: Contexto, 2008.

Componente Curricular	Fundamentos da Economia		
Período letivo:	1º Semestre	Carga Horária:	33 h
Objetivos			
Apresentar aos discentes os conhecimentos fundamentais da introdução à Economia e Mercados.			
Ementa			
Histórico da economia brasileira, conceitos, definição e objeto da economia; a economia como ciência; o sistema econômico; consumo e poupança; introdução à teoria monetária; o crédito e o sistema financeiro; inflação; o mercado, taxa de câmbio e o regime cambial brasileiro			
<i>Bibliografia Básica</i>			
ROSSETTI, José P. <i>Introdução à Economia</i> . 20ª Ed. São Paulo: Atlas, 2003.			
VASCONCELOS, Marco A. GARCIA, Manuel. <i>Fundamentos de Economia</i> . 3ª Ed. São Paulo: Saraiva, 2008.			
SILVA, Cesar Roberto Leite. LUIZ SINCLAYR. <i>Economia e Mercado: Introdução a Economia</i> . 19ª Ed. São Paulo: Saraiva, 2010.			
<i>Bibliografia Complementar</i>			
SILVA, César Leite da; Luiz Sinclayr. <i>Introdução à Economia</i> . 19ª Ed Saraiva. Saraiva, 2010..			
VASCONCELLOS, Marco Antonio S.; GARCIA Manoel E. <i>Fundamentos de Economia</i> . 3ª Ed. 2009.			



Ministério da Educação
Instituto Federal do Paraná

MONTELLA, Maura. Economia Passo a Passo. Qualitymark, 2007.

MENDES, Judas Tadeu Grassi. Economia : fundamentos e aplicações. Pearson Prentice Hall, 2009.

SILVA, Eraldo Sergio Barbosa Barbosa; ORNELAS NETO, Joaquim. Introdução à Economia. FDT Juruá, 2007.

Componente Curricular	HISTÓRIA POLÍTICA DO BRASIL		
Período letivo:	1º Semestre	Carga Horária:	33 h
Objetivos			
Compreender as diferentes etapas da história política brasileira a partir de sua estruturação como colônia lusitana, passando pela fase imperial e o recente período republicano contemplando suas especificidades e conseqüências para a realidade brasileira atual.			
Ementa			
<ol style="list-style-type: none">1. Estruturação da colônia brasileira: aspectos sociais e políticos2. Família real no Brasil e a independência: 1808 -18223. Estruturação e crise política do império brasileiro: 1822-18894. O nascimento da república: símbolos, ideias e grupos políticos5. A República Velha: bases da cultura política brasileira6. Era Vargas: da Revolução de 1930 à implantação da ditadura do Estado Novo7. A República Populista: ideais e lutas em ambiente democrático8. A ditadura militar brasileira 1964-1985: violência, repressão e “milagre econômico”9. Nova República, de Sarney a Dilma e os avanços da cidadania no século XXI			

10. Balanço da cultura política brasileira atual

Bibliografia Básica

CARVALHO, J. M. **A Formação das Almas**: o imaginário da República no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

_____. **Cidadania no Brasil**: o longo caminho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

_____. **A construção da ordem**: teatro das sombras. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

FAORO, Raymundo. **Os donos do poder**. Formação do Patronato Político Brasileiro. Rio de Janeiro: Globo/Edusp, 1975.

FAUSTO, BORIS. **História Concisa do Brasil**. São Paulo: Edusp, 2010.

HOLANDA, Sérgio B. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (orgs.). **O golpe e a ditadura militar**: quarenta anos depois (1964-2004). Bauru: Edusc, 2004.

Bibliografia Complementar

CAPELATO, Maria Helena Rolim. **Multidões em cena**. Propaganda política no varguismo e no peronismo. Campinas: Papyrus, 1998.

OLIVEIRA, Ricardo Costa de. **O silêncio dos vencedores**: genealogia, classe dominante e estado no Paraná. Curitiba: Moinho do Verbo, 2001.

WACHOWICZ, Ruy. **História do Paraná**. Curitiba: Imprensa Oficial do Paraná, 2002.

SKIDMORE, Thomas E. **Brasil: de Castelo a Tancredo**, 1964-1985. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

_____. **Brasil: de Getúlio a Castelo** (1930-1964). São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

Componente Curricular	Orçamento Público		
Período letivo:	1º Semestre	Carga Horária:	67 h
Objetivos			
Orçamento público. O Processo Orçamentário. O Processo de Elaboração e Execução Orçamentária no Brasil. Classificações Orçamentárias. Receita e Despesas Públicas. Programação e Execução Financeira. Dívida pública. Patrimônio público. Plano de contas. Balanços Públicos. Análise e interpretação dos balanços públicos			
Ementa			
Compreender o processo de constituição do orçamento público; origem e destinação dos recursos e da sua análise; Capacitar o aluno a utilizar o Orçamento Público como ferramenta de apoio no processo de Planejamento, Desenvolvimento e Controle Orçamentários voltados a tomada de decisões gerenciais públicas			
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO			
<ol style="list-style-type: none"> I. Orçamento Público: Processo de elaboração e execução orçamentária; II. Classificações Orçamentárias; III. Receita e Despesas Públicas; IV. Programação e Execução Financeira; V. Fases da Execução da Despesa: Licitação, Empenho, Liquidação e Pagamento; VI. Dívida Pública; VII. Restos a Pagar: Processados e Não Processados; VIII. Créditos Adicionais: Suplementares, Especiais e Extraordinários. IX. Fontes de Recursos para abertura de créditos adicionais; X. Suprimento de Fundos; Despesas de Exercícios Anteriores; XI. Lei de Responsabilidade Fiscal 			



- XII. Patrimônio Público;
- XIII. Plano de Contas;
- XIV. Balanços Públicos;
- XV. Análise e interpretação dos Balanços Públicos.

Bibliografia Básica

ANDRADE, Nilton de Aquino *et al.* Planejamento governamental para municípios. 2ª Ed. São Paulo: Atlas, 2008.

PISTICELLI, Roberto Bocaccio, TIMBÓ, Maria Zulene Farias. Contabilidade Pública: uma abordagem da administração financeira federal. 11ª Ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GIACOMONI, James. Orçamento Público. 15ª Ed. São Paulo: Atlas, 2010.

Bibliografia Complementar

LIMA, Diana Vaz de; CASTRO, Róbison Gonçalves de. Contabilidade Pública: integrando união, estados e municípios (Siafi e Siafem). 1ª Ed. São Paulo: Atlas, 2004.

GAMA, Fernando, Fundamentos de Orçamento Público. 1ª Ed. São Paulo: Campus, 2009.

CARVALHO, José Carlos Oliveira de. Orçamento Público. 3ª Ed. São Paulo: Campus, 2008.

Componente Curricular	Trabalho e Sociedade		
Período letivo:	1º Semestre	Carga Horária:	33 h
Objetivos			
<ul style="list-style-type: none"> • Compreender a relação trabalho e cultura na perspectiva sociológica; • Compreender as especificidades do trabalho no capitalismo; • Identificar as mudanças nos sistemas produtivas e as conseqüências ao trabalho; • Entender as atuais mudanças no mercado de trabalho brasileiro. 			
Ementa			
<ul style="list-style-type: none"> • Trabalho e Sociedade: <ul style="list-style-type: none"> -Natureza, Trabalho e cultura; - A centralidade do trabalho na constituição da sociabilidade humana; - O trabalho nas diferentes sociedades. • O trabalho na sociedade capitalista: <ul style="list-style-type: none"> - Ciência e racionalidade no processo produtivo; - Formação do trabalhador e a condição operária; - Movimentos de resistência operária; 			



INSTITUTO FEDERAL
PARANÁ



Ministério da Educação
Instituto Federal do Paraná

- Trabalho e capitalismo no Brasil.

- Transformações no mundo do trabalho:
 - Taylorismo/fordismo na indústria e nos serviços;
 - O modelo flexível: características e conseqüências no mundo do trabalho;
 - A divisão internacional do trabalho hoje.
- Reestruturação produtiva e mercado de trabalho no Brasil
 - Precarização e informalidade;
 - As assimetrias e desigualdades no mercado de trabalho;
 - Resistência e organização dos trabalhadores.

Bibliografia Básica

ALVES, G. O novo (e precário) mundo do trabalho. Reestruturação produtiva e crise do sindicalismo. São Paulo: Boitempo, 2000.

ANTUNES, R. Os sentidos do trabalho. Ensaio sobre a afirmação e negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2002.

Castel, R. A metamorfose da questão social. Uma crônica do salário. Petrópolis: Vozes, 1998.

Bibliografia Complementar

Sennett, R. A corrosão do caráter. Conseqüências pessoais do trabalho no novo capitalismo. 7 Ed. Rio de Janeiro: Record, 2003.

Harvey, D. A condição pós-moderna. São Paulo: Loyola, 1992.

LEITE, M. P. Trabalho e sociedade em transformação. São Paulo: Perseu Abramo, 2003.

Componente Curricular	Comunicação Oficial e Arquivística		
Período letivo:	1º Semestre	Carga Horária:	67 h
Objetivos			
<p>Compreender a importância da língua escrita e da língua falada; Compreender os tipos de comunicação oficial; Compreender a utilização de linguagem técnico-comercial e oficial; Compreender a importância da Gestão de Documentos; Reconhecer os principais sistemas e métodos de arquivamentos</p>			
Ementa			
<p>A comunicação escrita e suas formalidades Formas de discurso Formas de tratamento Frases e expressões usuais na linguagem técnico-comercial e oficial Competência do signatário e destinatário nas principais correspondências Paradigmas de registros da linguagem técnico-comercial e oficial Vantagens da língua escrita sobre a língua falada. Aspectos que diferenciam a língua escrita da falada. Concordância verbal (sujeito após o verbo). Relações lógicas da língua (causa e efeito contrário). Redação de Documentos Oficiais Gestão de Documentos e suas características; Métodos e Classificação de documentos; Métodos e sistemas de arquivamento; Dicas de conservação de documentos.</p>			

Bibliografia Básica

SARMENTO, Leila Lauer. Gramática em textos. 2ª Ed. São Paulo: Moderna, 2005.

FARACO & MOURA. Gramática. 19ª Ed. São Paulo: Ática, 2010.

BELTRÃO, Odacir e Mariúsa. Correspondência, Linguagem & Comunicação. 23ª Ed. São Paulo: Atlas, 2005.

Bibliografia Complementar

RONDINELLI, Rosely Curi. Gerenciamento arquivístico de documentos eletrônicos: uma abordagem teórica da diplomática arquivística contemporânea. 4ª Ed. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

MONTE, Antonio Carlos; LOPES, Luís Felipe. A qualidade dos suportes no armazenamento de informações. 1ª Ed. Florianópolis: Visual Books, 2004.

PAES, Marilena Leite. Arquivos: Teoria e Prática. 3ª Ed. Rio de Janeiro: FGV, 2002.

SANTOS, V.B. Gestão de Documentos Eletrônicos: uma visão arquivística. 1ª Ed. Brasília: ABARQ, 2002.

PAES, Marilena Leite. Arquivo: teoria e prática. Rio de Janeiro: FGV, 1986.

Componente Curricular	Contabilidade Pública		
Período letivo:	2º Semestre	Carga Horária:	67 h
Objetivos			
Conhecer os princípios e campo de aplicação da Contabilidade Pública; Relacionar a contabilidade à gestão pública;			



Ministério da Educação
Instituto Federal do Paraná

Reconhecer a importância da Lei 4320/64 e Lei Complementar 101/2000
Respeitar o plano de contas e suas características.
Estabelecer a relevância da integração entre os balanços da contabilidade pública;
Conhecer os principais termos utilizados nas demonstrações contábeis da administração pública.

Ementa

Princípios da Contabilidade Pública;
Campo de Aplicação da Contabilidade Pública;
Princípios gerais da Contabilidade Pública;
Classificações da contabilidade governamental;
Normas de contabilidade;
Campo de Aplicação Lei 4320/64 e Lei Complementar 101/2000;
Regime contábil aplicado na Contabilidade Pública;
Sistemas de contabilidade governamental;
Plano de contas e subsistemas contábeis;
Normas de escrituração;
Balanços Públicos;
Integração entre os Balanços Públicos;
Relatórios e demonstrações contábeis;
Análise de relatórios e demonstrações.

Bibliografia Básica

CARVALHO, Deusvaldo; CECCATO, Marcio. Manual Completo de Contabilidade Pública. 1ª Ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

BRASIL. STN/SOF. Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público. 5ª Ed. Brasília: 2012.

SILVA, Lino Martins da. Contabilidade Governamental: Um enfoque administrativo. 7ª Ed. São Paulo: Atlas, 2004.

Bibliografia Complementar

KOHAMA, H. Contabilidade Pública – Teoria e Prática. 8ª Ed. São Paulo: Atlas, 2003.

ANDRADE, N.A. Contabilidade Pública na Gestão Municipal. 1ª Ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GIACOMONI, James. Orçamento Público. 15ª Ed. São Paulo: Atlas, 2010.

LIMA, D.V. CASTRO, R.G. Contabilidade Publica – Integrando União, Estados e Municípios (SIAFI E SIAFEM). 1ª Ed. São Paulo: Atlas, 2000.

SLOMSKI, Valmor. Manual de Contabilidade Pública – Um enfoque na Contabilidade Municipal. 2ª Ed. São Paulo: Atlas, 2003.

BRASIL. Lei Complementar 101 de 04/05/2000.

BRASIL. Lei 4.320 de 17/03/1964.

Componente Curricular	Gestão da Informação		
Período letivo:	2º Semestre	Carga Horária:	33 h
Objetivos			
Reconhecer os mecanismos de informação. Estabelecer metodologias de armazenamento de informações. Entender como a informação evoluiu nas organizações. Entender os processos de gerenciamento da informação. Entender os mecanismos dos sistemas corporativos. Reconhecer as principais estruturas processuais organizacionais.			

Elaborar representações de estruturas organizacionais.
Estabelecer o funcionamento otimizado das estruturas processuais organizacionais.
Discutir a aplicabilidade de mudanças nas estruturas organizacionais.

Ementa

A história do gerenciamento da informação
Processos de arquivo de documentos
Tipos de arquivamento de documentos
O documento físico
O documento virtual
Sistemas corporativos
Sistema de Informações Gerenciais e sua aplicabilidade Estruturas e processos nas organizações
Organogramas e departamentalização
A distribuição do trabalho e de responsabilidade pessoais
Fluxogramas e processos organizacionais
Criação de formulários
Elaboração de layout
Cultura: ritos, mitos e valores nas organizações

Bibliografia Básica

Título/Periódico	Autor	Edição	Local	Editores	Ano
Organizações do conhecimento: Infra-estrutura, pessoas e tecnologias	ANGELONI, Maria Terezinha.	1ª	São Paulo	Saraiva	2005
Correspondência, Linguagem & Comunicação	BELTRÃO, Odacir e Mariúsa.	23ª	São Paulo	Atlas	2005

A Qualidade dos Suportes no Armazenamento de Informações	MONTE, Antonio Carlos LOPES, Luís Felipe	1ª	Florianópolis	Visual Books	2004	
<i>Bibliografia Complementar</i>						
O que é Gerenciar e Administrar	MAGRETA, Joan.	1ª	Rio de Janeiro	Campus	2002	
Organização, Sistemas e Métodos	ARAÚJO, Luiz César G. de.	1ª	São Paulo	Atlas	2001	
Sistemas, Organização & Métodos.	OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças de	1ª	São Paulo	Atlas	1994	
Comunicação e culturas do consumo	BACCEGA, Maria Aparecida	1ª	São Paulo	ATLAS	2008	
Planejamento de Relações Públicas na Comunicação Integrada.	KUNSCH, Margarida Maria Krohling.		São Paulo	Summus	2003	

Componente Curricular	Planejamento Urbano					
Período letivo:	2º Semestre	Carga Horária:	67 h			
Objetivos						
<p>Compreender a importância do Planejamento Urbano. Entender o processo de Elaboração do Plano Diretor. Conceituar qualidade de vida. Reconhecer ações de urbanização. Diferenciar políticas públicas para o meio urbano e o rural.</p> <p style="text-align: center;">Ementa</p> <p>Planejamento Urbano e sua importância; Plano Diretor; Urbanização de cidades; Urbanização e qualidade de vida das populações; Problemas urbanos atuais: superpopulação, lixo, transporte, violência e exclusão social; Desenvolvimento Sustentável; Desenvolvimento rural.</p>						
<i>Bibliografia Básica</i>						
Título/Periódico	Autor	Edição	Local	Editora	Ano	
Direito Urbanístico e Ambiental	DALLARI, Adilson Abreu SARNO, Daniela Campos Libório di	1ª	Belo Horizonte	Fórum	2007	

Função Social da Propriedade Urbana e o Plano Diretor	PIRES, Lilian Regina Gabriel Moreira	1 ^a	Belo Horizonte	Fórum	2007
Direito Urbano Ambiental	MUKAI, Toshio	3	Belo Horizonte	Fórum	2006
Bibliografia Complementar					
Estudo de Impacto de Vizinhança – Instrumento de Garantia da Qualidade de Vida dos Cidadãos Urbanos.	SANT´ANNA, Mariana Senna	3	Belo Horizonte	Fórum	2006
Gestão Ambiental: Responsabilidade Social e Sustentabilidade	DIAS, Reinaldo	1 ^a	São Paulo	Atlas	2006
Gestão Ambiental Empresarial: Conceitos, modelos e instrumentos	BARBIERI, José Carlos	1 ^a	São Paulo	Saraiva	2004
Estatuto das Cidades: lei 10.257 de 10 de julho de 2001	BRASIL				2001
Direito e legislação imobiliária	SILVA, Antônio César da		Goiânia	AB	2001

Componente Curricular	Historia Econômica do Brasil		
Período letivo:	2º Semestre	Carga Horária:	33 h
Objetivos			
<p>Capacitar o aluno ao entendimento da evolução econômica do Brasil, desde o descobrimento, passando pela época colonial e seus ciclos econômicos, o império, a república velha e a república nova, os planos desenvolvimentistas, os planos de estabilização e a conjuntura econômica contemporânea.</p>			
Ementa			
<p>Antecedentes: a conjuntura europeia à época do descobrimento. A economia colonial até 1822. A inserção do Brasil na divisão internacional do trabalho. As origens e o prosseguimento da industrialização até 1930. Surgimento e expansão dos serviços. A Revolução de 1930. A Economia Brasileira no Pós-Guerra. Plano de Metas e a Expansão do Mercado Interno. A Crise do Início dos Anos Sessenta. Recuperação e Expansão Acelerada. Declinação e tentativas de Ajuste. Avaliação: Perspectivas. Estudo da Economia Brasileira a partir dos anos 90. Análise da abertura comercial e financeira. Relação do processo de estabilização com o setor externo. Impactos das crises internacionais na economia brasileira.</p>			



Ministério da Educação
Instituto Federal do Paraná

Desvalorização e retomada do crescimento: os limites internos e externos.
O processo cíclico (crise-recuperação-crise) de 1991 a 1990.
Os planos de estabilização.
Análise Conjuntural Prospectiva.

Bibliografia Básica

FURTADO, C. – Formação econômica do Brasil. Rio de Janeiro, Fundo de Cultura, 1961.

PRADO JR. Caio. Evolução Política do Brasil. Editora Brasiliense, várias edições.

PRADO JR., Caio. Formação do Brasil Contemporâneo. Editora Brasiliense, várias edições.

PRADO JUNIOR, C. – História econômica do Brasil. 11ª ed., S.P., Brasiliense, 1969.

GREMAUD, Amaury Patrick; VASCONCELLOS, Marco A.S.; TONETO JUNIOR, Rudinei. Economia Brasileira Contemporânea. 4.ed. São Paulo: Atlas, 2002.

Título/Periódico	Autor	Edição	Local	Editora	Ano	
------------------	-------	--------	-------	---------	-----	--

Bibliografia Complementar

- ABREU, Marcelo de Paiva (org.). A ordem do progresso: cem anos de política econômica republicana, 1889-1989. Rio de Janeiro: Campus, 1992 (Anpec).
- BAER, Werner. A industrialização e o desenvolvimento econômico do Brasil. 7.ed. Rio de Janeiro: FGV, 1988 (Anpec).
- BAUMANN, R. (org.). O Brasil e a economia global. Rio de Janeiro: Campus, 1996 (Anpec).
- BELUZZO, Luis Gonzaga; COUTINHO, R. O desenvolvimento capitalista no Brasil. 2 vols. São Paulo: Brasiliense, 1982 (Anpec).
- BONELLI, R. (org.). Ensaio sobre política econômica e industrialização no Brasil. Rio de Janeiro: Senai, 1996 (Anpec).
- BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos. Desenvolvimento e crise no Brasil. História, economia e política de Getúlio Vargas a Lula. 5. ed. São Paulo: Editora 34, 2003.
- BRUM, Argemiro. Desenvolvimento econômico brasileiro. 24. ed. Petrópolis/Ijuí: Vozes/Unijuí, 2005.
- SICSU, João; PAULA, Luiz Fernando de; MICHEL, Renaut (orgs.). Novo- Desenvolvimentismo. Um projeto nacional de crescimento com equidade social. Rio de Janeiro: Manole, 2005.

Componente Curricular	Matemática Financeira Aplicada				
Período letivo:	2º Semestre	Carga Horária:	67 h		
Objetivos					
<p>Utilizar os conceitos teóricos de Juros Simples; Desconto Simples; Juros Compostos; Desconto Composto, em situações práticas.</p> <p>Classificar Séries de Pagamento.</p> <p>Operar com Taxas de Juros.</p> <p>Descrever Fluxo de Caixa.</p> <p>Realizar operações com os Sistemas de Amortização de Empréstimos e Financiamento.</p>					
Ementa					
Fundamentos da Matemática Financeira Aplicada; Fluxo de Caixa; Juros Simples; Juros Compostos; Operações com Taxas de Juros; Desconto Simples; Desconto Composto; Séries de Pagamento; Sistemas de Amortização de Empréstimos e Financiamento.					
<i>Bibliografia Básica</i>					
Título/Periódico	Autor	Edição	Local	Editora	Ano
Matemática Financeira Aplicada.	BRANCO, A.C.C.	2ª Ed.	São Paulo	Cengage Learning	2008
Matemática Financeira: objetiva e aplicada.	PUCCINI, A.L.	9ª Ed.	São Paulo	Elsevier	2011

Matemática financeira: aplicações à análise de investimento	SAMANEZ, C.P.	4ª Ed.	São Paulo	Pearson Prentice Hall	2007	
<i>Bibliografia Complementar</i>						
Manual de aplicações financeiras HP-12C	SOBRINHO, J.D.V.	3ª Ed.	São Paulo	Atlas	2008	
Matemática Financeira Aplicada	DA SILVA, A.L.C	3ª Ed.	São Paulo	Atlas	2010	
Matemática Financeira Aplicada	FERREIRA, R.G.	7ª Ed.	São Paulo	Atlas	2010	
Matemática Financeira	VERAS, L.L.	6ª Ed.	São Paulo	Atlas	2011	

Componente Curricular	Estado e Sociedade		
Período letivo:	2º Semestre	Carga Horária:	33 h
Objetivos			
<ul style="list-style-type: none"> • Apresentar os fundamentos sociológicos sobre o Estado Moderno no capitalismo a partir das concepções marxista e weberiana; • Discorrer acerca dos fundamentos teóricos de análise do Estado contemporâneo; • Discutir e refletir sobre os efeitos da globalização e o seu impacto na atuação dos Estados Nacionais; • Discutir a formação da sociedade e do Estado no Brasil a partir de autores clássicos do pensamento social brasileiro; • Refletir sobre a questão da cultura política e sua efetivação no Brasil; compreender a questão da democracia, da representação política, da cidadania e das políticas públicas no Brasil. 			
Ementa			
<ul style="list-style-type: none"> • Fundamentos sociológicos do Estado Moderno: <ul style="list-style-type: none"> - Conceito e estruturas do Estado moderno; - A relação entre Estado e classes sociais; - A burocracia. • Fundamentos teóricos do Estado Contemporâneo: <ul style="list-style-type: none"> - Origens e características do Estado do Bem-estar Social; 			

- A crise do Estado do Bem-estar: a questão social e a governabilidade.

- Formação da Sociedade e do Estado no Brasil:

- As particularidades do processo de formação da sociedade brasileira: herança colonial e estruturação das relações sociais;

- A formação social brasileira no século XIX e a constituição do Estado Nacional e a sua consolidação;

- A formação social brasileira no século XX e o papel do Estado: capitalismo, industrialização, desenvolvimento e dependência;

- Dilemas contemporâneos da sociedade e do Estado brasileiro no século XXI.

- Cultura política e padrões de interação no Brasil:

- Instituições Políticas Brasileiras (sistema federativo, representativo e eleitoral)

- Cultura e comportamento político (patrimonialista, coronelista, clientelista, personalista, populista e democrático).

- Cidadania, Democracia e representação política;

- Consolidação democrática no Brasil e cidadania;

- Políticas públicas e participação da sociedade civil;

- Movimentos Sociais contemporâneos.

Bibliografia Básica

Título/Periódico	Autor	Edição	Local	Editora	Ano
------------------	-------	--------	-------	---------	-----

A república inacabada.	Faoro, R.		Rio de Janeiro	Globo	2007	
“Democracia, igualdade e identidade”. In: Renato Perissinotto e Mário Fuks (Orgs.). Democracia: Teoria e Prática	REIS, F.W.		Rio de Janeiro	Relume Dumará	2002	
Economia e sociedade (volume II)	Weber, M.		Brasília	UNB	1999	
<i>Bibliografia Complementar</i>						
Estado, capitalismo e democracia na América Latina	BORON, A. A.		Rio de Janeiro	Paz e Terra	1994	
Estado, governo, sociedade: para uma teoria geral da política	Bobbio, N.	14	Rio de Janeiro	Paz e Terra	1987	



Ministério da Educação
Instituto Federal do Paraná

Formação do Brasil Contemporâneo	PRADO Jr., C.		São Paulo	Braziliense	1961	
----------------------------------	---------------	--	-----------	-------------	------	--

Componente Curricular	Noções de Direito Público e Privado				
Período letivo:	2º Semestre	Carga Horária:	33 hs		
Objetivos					
<p>Compreender o funcionamento jurídico do Estado e seu desenvolvimento histórico. Relacionar as esferas de poder na constituição do Estado Brasileiro e as instituições democráticas de direito. Diferenciar Direito Privado do Direito Público.</p>					
Ementa					
<p>Introdução ao direito. Fontes do direito. História do direito. O Estado e sua evolução. Elementos do Estado. Noções de direito constitucional. Processo legislativo. Direitos e garantias fundamentais.</p>					
<i>Bibliografia Básica</i>					
Título/Periódico	Autor	Edição	Local	Editora	Ano
Direito Constitucional	MORAES, Alexandre	28ª	São Paulo	Atlas	2012
Curso de Direito Constitucional Positivo	MACHADO, Hugo de Brito	20ª	São Paulo	Dialética	2012
Curso de Direito Constitucional Positivo	SILVA, José Afonso	33ª	São Paulo	Malheiros	2012
Bibliografia Complementar					

<i>Direitos Fundamentais, separação de poderes e deliberação.</i>	MENDES, Conrado.	1 ^a	São Paulo	Saraiva	2011	
Introdução ao estudo do Direito.	VENOSA, Sílvio de Sálvio	3 ^a	São Paulo	Saraiva	2010	
Direito Constitucional	LENZA, Pedro	16 ^a	São Paulo	Saraiva	2012	

Componente Curricular	Relações Institucionais		
Período letivo:	3 ^o Semestre	Carga Horária:	67 h
Objetivos			
<p>Conhecer a Estrutura do Poder Executivo na Administração Pública Federal; Conhecer a Estrutura do Poder Legislativo na Administração Pública Estadual; Conhecer a Estrutura do Poder Judiciário na Administração Pública Municipal; Reconhecer o equilíbrio entre os poderes judiciário, legislativo e executivo; Compreender a relação existente entre as Instituições na Administração Pública; Entender a prerrogativa de proposta legislativa por parte do executivo e edição de decretos e portarias; Distinguir as etapas do processo legislativo.</p>			
Ementa			
<p>Organização do Estado Brasileiro; Os três poderes e suas funções típicas e atípicas; Organização dos poderes na Constituição Federal; Imunidades e Incompatibilidades dos Congressistas; Atividade Legislativa e suas características; Estrutura dos três poderes; Atribuições e responsabilidades nos três poderes; Ministério Público, o fiscal da lei. Lobismo e articulação de interesses.</p>			
<i>Bibliografia Básica</i>			

Título/Periódico	Autor	Edição	Local	Editores	Ano
E Eu com Isso?	MOSQUERA, Júlio	1ª	São Paulo	Globo	2006
Direito Constitucional	MORAES, Alexandre de	19	São Paulo	Atlas	2006
Elementos do Direito Constitucional	TEMER, Michel	15	São Paulo	Malheiros	1999
<i>Bibliografia Complementar</i>					
Constituição da República Federativa do Brasil.					1988
Código de Processo Civil Brasileiro – Lei 5.869/1973					1973
A Era dos Direitos	BOBBIO, Norberto	1ª	Rio de Janeiro	Campus	1992
A Cidade Ativa: Referendo, plebiscito e iniciativa popular.	BENEVIDES, Maria Vitória	3ª	São Paulo	Ática	2003
Curso de Direito Constitucional	BITTENCOURT, Marcus V. C.		Belo Horizonte	Fórum	2007

Componente Curricular	Gestão de Pessoas				
Período letivo:	3º Semestre	Carga Horária:	33 h		
Objetivos					
<p>Compreender os princípios gerais da gestão de pessoas e sua aplicabilidade nas organizações públicas</p> <ul style="list-style-type: none"> • Reconhecer a importância dos ativos intangíveis para as organizações públicas. • Entender o processo de contratação e acesso ao serviço público no Brasil. • Entender o processo de mudança e reestruturação do serviço público no Brasil. • Identificar os fatores que possibilitam a existência de serviços públicos de excelência. • Compreender os fatores limitantes à melhora do serviço público no Brasil. 					
Ementa					
<p>Acesso ao serviço público; Concurso Público; Disposições constitucionais específicas relativas aos servidores públicos; Regras de aposentadoria no serviço público; Conceitos relativos a contratação, exoneração, demissão, promoção, readaptação. A Lei de Responsabilidade fiscal e sua relação com os recursos humanos. Sindicância e Processo administrativo disciplinar.</p>					
<i>Bibliografia Básica</i>					
Título/Periódico	Autor	Edição	Local	Editora	Ano
Teste sua inteligência emocional	DAVIS, M.	1ª	São Paulo	Arx	2006

Administração: mudanças e perspectivas	ROBBINS, S. P.	1ª	São Paulo	Saraiva	2002
Inteligência Emocional no Trabalho	WEISINGER, Hendrie	1ª	Rio de Janeiro	Objetiva	2001
<i>Bibliografia Complementar</i>					
Inteligência Emocional	GOLEMAN, Daniel	69ª	Rio de Janeiro	Revista	1995
Relações humanas: Psicologia das relações interpessoais	MINICUCCI, A	1ª	São Paulo	Atlas	1982
Desenvolvimento Interpessoal: Treinamento em grupo	MOSCOVICI F.	5ª	Rio de Janeiro	José Olympio	1996
Como Fazer Amigos e Influenciar Pessoas	CARNEGIE, Dale	35	São Paulo	Nacional	1985
Gestão com pessoas	TAKESKY, Tachizawa	5º	Rio de Janeiro	FGV	2006

Componente Curricular	Direito Administrativo Aplicado				
Período letivo:	3º Semestre	Carga Horária:	67 hs		
Objetivos					
<p>Compreender os conceitos básicos de Direito Administrativo. Aplicar os conceitos básicos em licitações e contratos administrativos. Reconhecer os princípios de idoneidade em licitações e contratos públicos. Conhecer e aplicar o Estatuto do Servidor Público nas atividades de gestão pública.</p>					
Ementa					
<p>Origem, objeto e conceito de direito administrativo. Contratos administrativos. Licitação – conceito, princípios, modalidades, procedimentos, recursos. Lei 8.112/90.</p>					
<i>Bibliografia Básica</i>					
Título/Periódico	Autor	Edição	Local	Editora	Ano
Direito Administrativo Brasileiro	MEIRELLES, Hely Lopes	38ª	São Paulo	Malheiros	2012
Direito Administrativo	DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella	25ª	São Paulo	Atlas	2012
Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos	JUSTEN FILHO, Marçal	15ª	São Paulo	Dialética	2012
Bibliografia Complementar					

Pregão Presencial e Eletrônico	NIEBUHR, Joel de Menezes	3 ^a	Curitiba	Zênite	2005	
Leituras Complementares de Direito Administrativo: licitação e contratos administrativos	BOLZAN, Fabrício. MARINELA, Fernanda	1 ^a	São Paulo	Juspodium	2012	
Comentários ao Estatuto dos Servidores Públicos - Lei 8112/90	BRANDÃO, Júlio César Lima.	2 ^a	São Paulo	Juruá	2012	

Componente Curricular	Gestão de Políticas Públicas		
Período letivo:	3º Semestre	Carga Horária:	67 h
Objetivos			
<p>Conceituar estado de bem estar social. Delimitar as responsabilidades e os direitos do Estado na organização da sociedade. Compreender a importância do planejamento na gestão pública. Compreender a importância das políticas públicas e sua influência. Discutir meios de operacionalização das políticas públicas. Estabelecer princípios de políticas públicas. Conhecer técnicas de elaboração de políticas públicas. Compreender a influência políticas públicas no desenvolvimento urbano.</p>			
Ementa			
<p>Áreas de atuação pública Políticas públicas nas áreas de atuação do Estado (união, unidades federativas e municípios) Estado de bem estar social Execução e controle de políticas públicas Fatores que influenciam a decisão política Redação de documentos orientadores de políticas públicas</p>			
<i>Bibliografia Básica</i>			

Título/Periódico	Autor	Edição	Local	Editora	Ano
Políticas Públicas e Direito à Educação	MOREIRA, Orlando Rochadel	1ª		Fórum	2007
O processo de decisão política	LINDBLOM, Charles Edward, tradução de Sérgio Bath.	1ª	Brasília	Universidade de Brasília	1981
Finanças Públicas	PEREIRA, José Matias.	1ª	São Paulo	Atlas	2003
<i>Bibliografia Complementar</i>					
As possibilidades da política: idéias para a reforma democrática do estado.	NOGUEIRA, Marco A.	1ª	São Paulo	Paz e Terra	1998
Gestão efetiva e privatização: uma perspectiva brasileira.	FARIAS NETO, P.S.	1ª	São Paulo	Qualitymark	1994
Planejamento de Informações Públicas Municipais: Guia para planejamento de Sistemas de Informação, Informática e Governo Eletrônico nas Prefeituras e cidades.	REZENDE, Denis Alcides	1ª	São Paulo	Atlas	2005
Política, planejamento & governo.	MATUS, Carlos	2ª	Brasília	IPEA	1996
Administração	SCHERMERHORN JR., John	5ª	Rio de Janeiro	ABPDEA	1996

Componente Curricular	Marketing Público		
Período letivo:	3º Semestre	Carga Horária:	67 h
Objetivos			
<ul style="list-style-type: none"> - Compreender a relação existente entre as necessidades do cidadão e a melhora de desempenho nas instituições públicas, - Selecionar ações que sirvam ao bem comum, aumentem o interesse e satisfação do cidadão e possam ser fonte de aumento de receitas ao Estado. - Compreender como utilizar as ferramentas já consagradas no marketing para atingir objetivos mercadológicos 			
Ementa			
<ul style="list-style-type: none"> - Conceitos centrais do Marketing - Análise de ambiente em marketing - Pesquisa de Marketing no setor público - Uso de dados governamentais como ferramenta de marketing - O mix de marketing: 4 P's (Produto, Preço, Praça e Promoção) - Comportamento de consumo do cidadão, enquanto cliente - Segmentação - Posicionamento - Gerenciamento de marca - Marketing de Serviços - Marketing Social no Setor público - Desenvolvimento de parcerias estratégicas - Plano de Marketing - Mensuração do desempenho de marketing 			

Bibliografia Básica

Título/Periódico	Autor	Edição	Local	Editora	Ano
Marketing no Setor Público	KOTLER, P.; LEE, N.	1ª	Porto Alegre	Bookman	2008
Marketing	COBRA, Marcos.	1ª	São Paulo	Saraiva	2000
Administração de Marketing	KOLTER, P.; KELLER, K. L.	4ª	São Paulo	Prentice Hall	2006
<i>Bibliografia Complementar</i>					
Marketing Social: estratégias para alterar o comportamento público	KOTLER, Philip.	1ª	Rio de Janeiro	Campus	1992
Criando e administrando marcas de sucesso	AAKER, David A.	1ª	São Paulo	Futura	2007
Marketing Político	TOMAZELLI, Luiz Carlos	2ª	Porto Alegre	Mercado Aberto	1988
O Marketing Político	BONGRAND, Michel	1ª	Lisboa	Publicações Europa-América	1986
Marketing: Criando valor para os clientes.	CHURCHILL, G.; PETER, P.	1ª	São Paulo	Saraiva	2000

Componente Curricular	Psicologia do Trabalho					
Período letivo:	3º Semestre	Carga Horária:	33 h			
Objetivos						
A psicologia como campo do conhecimento. A constituição da subjetividade. O significado do trabalho. Relações humanas no trabalho: comunicação, dinâmica grupal, cooperação e gerenciamento de conflitos. Qualidade de vida e sofrimento psíquico no trabalho.						
Ementa						
Reconhecer a psicologia como ciência, diferenciando-a do conhecimento do senso comum. Compreender o sujeito psicológico como multideterminado. Refletir sobre a importância do trabalho na constituição subjetiva do ser humano. Refletir sobre as relações humanas e psicossociais no trabalho, especialmente no setor público. Analisar as inter-relações entre trabalho e saúde, observando como os processos de gestão e o relacionamento humano no trabalho podem conduzir à promoção de saúde ou ao adoecimento.						
<i>Bibliografia Básica</i>						
Título/Periódico	Autor	Edição	Local	Editora	Ano	
O Indivíduo na organização: dimensões esquecidas - Volume 3.	CHANLAT, J. F.	1	São Paulo	Atlas	1996	

A corrosão do caráter: as consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo	SENNETT, R.		Rio de Janeiro	Record	2000	
Saúde mental & trabalho: leituras.	JACQUES, M.G. & CODO, W. (Orgs.)		Petrópolis, RJ	Vozes	2002	
Desenvolvimento Interpessoal: treinamento em grupo	MOSCOVICI, F.	8	Rio de Janeiro	José Olympio	1998	
Interação Humana e Gestão: a construção psicossocial das organizações de trabalho.	ZANELLI, J. C. & SILVA, N.		São Paulo	Casa do Psicólogo	2008	
<i>Bibliografia Complementar</i>						
A transformação do sofrimento em adoecimento: do nascimento da clínica à psicodinâmica do trabalho. Ciência e Saúde Coletiva , v. 9, n. 1, p. 213-223. Disponível em: www.scielo.org/pdf/csc/v9n1/19838.pdf	BRANT, L.C. & MINAYO-GOMEZ, C.		Rio de Janeiro		2004	

<p>Identidade e trabalho na contemporaneidade: repensando articulações possíveis. Psicologia & Sociedade; 19, Edição Especial 1: p. 29-37. Disponível em http://www.scielo.br/pdf/psoc/v19nspe/v19nspea06.pdf. Acesso em 4 ago. de 2011.</p>	<p>COUTINHO, M.C; KRAWUSLKI, E & SOARES, D.H.P.</p>		<p>Belo Horizonte</p>		<p>2007</p>	
<p>A banalização da injustiça social.</p>	<p>DEJOURS, C.</p>		<p>Rio de Janeiro</p>	<p>Fundação Getúlio Vargas.</p>	<p>1999</p>	
<p>Assédio moral: um ensaio sobre a expropriação da dignidade no trabalho. RAE, v. 3, n. 1, p. 3-8, jan./jun. Disponível em: www.scielo.br/pdf/raeel/v3n1/v3n1a12.pdf</p>	<p>HELOANI, R.</p>		<p>São Paulo</p>		<p>jan./jun 2004</p>	

Componente Curricular	Metodologia do Trabalho Científico					
Período letivo:	4º Semestre	Carga Horária:	33 h			
Objetivos						
Propiciar ao discente conhecimentos essenciais da Metodologia Científica.						
Ementa						
Introdução ao nível superior, formalidades técnicas e requisitos básicos. Construção do conceito de método, metodologia e técnica. Construção do conceito de conhecimento e graus. Técnicas de estudo e pesquisa superior. Conceituação de pesquisa e tipos. Construção das fases de um projeto de pesquisa. Normas para apresentação de trabalho.						
<i>Bibliografia Básica</i>						
	Título/Periódico	Autor	Edição	Local	Editores	Ano
	Fundamentos de Metodologia	BARROS, A.J.& LEHFELD, N. A. DE S.	1ª	São Paulo	McGrawhill do Brasil	2003
	Apresentação de Relatórios Técnicos – Científicos.	Associação Brasileira De Normas Técnicas.	1ª	Rio de Janeiro		2003
	Tratado de Metodologia Científica	OLIVEIRA, S. P. L. de.	1ª	São Paulo	Pioneira	2004
<i>Bibliografia Complementar</i>						

<i>Fundamentos de Metodologia Científica</i>	LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade	7 ^a		Atlas	2010	
Fundamentos de Metodologia Científica	BARROS, Aidil Jesus da Silveira	3 ^a		Pearson	2007	
Metodologia científica: a construção do conhecimento	SANTOS, Antônio Raimundo dos.	6 ^a	Rio de Janeiro	DP&A	2004	
<i>Normas para Apresentação de Trabalhos Acadêmicos do Instituto Federal do Paraná (IFPR).</i>	DUTRA, Renato Roxo C. MORETO, Eulália Cristina do N., WATANABE, Carmen Ballão		Curitiba	IFPR	2010	
<i>Introdução à Metodologia da Ciência.</i>	DEMO, Pedro	2 ^a	São Paulo	Atlas	1985	

Componente Curricular	Gestão de Projetos		
Período letivo:	4º Semestre	Carga Horária:	67 h
Objetivos			
<p>Reconhecer a importância do planejamento e da elaboração de projetos para as organizações</p> <p>Reconhecer o papel do Estado na oferta de serviços públicos.</p> <p>Relatar os conceitos fundamentais da gestão de projetos.</p> <p>Associar técnicas e metodologias de elaboração e execução de projetos.</p> <p>Delimitar as etapas de elaboração e implementação de projetos.</p> <p>Aplicar os princípios de planejamento e da gestão de projetos.</p> <p>Delimitar áreas de atuação de oferta de serviços públicos na esfera do Estado (União, Unidades Federativas e Municípios)</p> <p>Trabalhar técnicas e metodologia de elaboração e execução de projetos.</p> <p>Aplicar as etapas de elaboração e implementação de projetos.</p> <p>Elaborar projetos</p> <p>Gerenciar projetos</p>			
Ementas			
<p>O processo de planejamento e elaboração de projetos</p> <p>Tipos de projetos</p> <p>Etapas na formulação e execução de projetos</p> <p>Construção de cenários na elaboração de projetos</p> <ul style="list-style-type: none"> • Ciclo de vida de um Projeto • Fases de um Projeto 			

- A formação de equipes
- O Escopo do Projeto

Programação do Projeto

Análise da viabilidade de projetos

Delimitação de responsabilidade e deveres na execução de projetos

Técnicas e métodos de elaboração de projetos

Plano de Ação

Bibliografia Básica

Título/Periódico	Autor	Edição	Local	Editora	Ano
Preço Global em Obras Públicas	MARIA, Pedro Ernesto Pfeifer Santa	1ª	Belo Horizonte	Fórum	2007
Parcerias na Administração Pública: Concessão, Permissão, Franquia, Terceirização, parceria Público-Privada e outras formas.	DI Pietro, Maria Sylvia Zanella	2ª	São Paulo	Atlas	1997
O que é Gerenciar e Administrar	MAGRETA, Joan.	1ª	Rio de Janeiro	Campus	2002
<i>Bibliografia Complementar</i>					
Competição	PORTER, Michael E.	7ª	Rio de Janeiro	Campus	1999
Gestão Orçamentária e Financeira na Administração Pública	CALIL, V.	1ª	Curitiba	Mimeo	1999



Ministério da Educação
Instituto Federal do Paraná

Curso de Administração Financeira	ASSAF NETO, Alexandre; LIMA, Fabiano Guasti	1 ^a		Atlas	2008	
Administração Financeira – uma abordagem introdutória	CHIAVENATO, Idalberto	1		Campus	2005	
Administração financeira e orçamentária	Hoji, Masakazu	8 ^a	São Paulo	Atlas	2009	

Componente Curricular	Gestão Ambiental		
Período letivo:	4º Semestre	Carga Horária:	67 h
Objetivos			
<p>Conceituar Gestão ambiental. Conhecer conceitos e fundamentos dos impactos ambientais; Conhecer a evolução das normas de Sistemas de Gestão de Meio Ambiente; Relacionar a gestão ambiental com a qualidade de vida. Reconhecer a importância da preservação ambiental. Entender os mecanismos sistêmicos de sustentabilidade. Compreender o uso da tecnologia como aliado à redução dos impactos ambientais; Compreender a importância da norma NBR ISO 14001:2004.</p>			
Ementa			
<p>Meio Ambiente e Ecossistema; Preservação ambiental; Aquecimento Global e a Gestão Pública; Sustentabilidade e meio ambiente; Sistemas interdependentes; Qualidade de vida das populações e processos não sustentáveis; Sustentabilidade X Degradação; Gestão ambiental; Conseqüências da falta cuidado com o Meio Ambiente;</p>			

Gestão em situações regionais;
O uso de tecnologias como instrumento de redução do impacto ambiental;
NBR ISO 14001:2004.
Políticas de Educação Ambiental

Bibliografia Básica

Título/Periódico	Autor	Edição	Local	Editora	Ano
Gestão Ambiental: Responsabilidade Social e Sustentabilidade	DIAS, Reinaldo	1ª	São Paulo	Atlas	2006
Direito Ambiental e Responsabilidade Civil das Empresas	ALBERGARIA, Bruno	1ª	Belo Horizonte	Fórum	2005
Infrações Contra o Meio-Ambiente	TRENNEPOHL, Curt	2ª	Belo Horizonte	Fórum	2004

Bibliografia Complementar

Gestão Ambiental Empresarial	BARBIERI, José Carlos.	1ª	São Paulo	Saraiva	2004
Gestão Ambiental na Empresa	DONAIRE, Denis.	1ª	São Paulo	Atlas	1999
Gestão Socioambiental Estratégica	NASCIMENTO, Luis Felipe, LEMOS, Ângela Denise da Cunha, e MELLO, Maria Celina Abreu de	1ª	Porto Alegre	Bookman	2008
A adaptação de Edificações e Cidades às Mudanças Climáticas	ROAF, S.	1ª		Bookman	2009
Constituição Federal					

Educação ambiental: natureza, razão e história	TOZONI-REIS, M. F. C.	2ª		Autores Associados	2008	
--	-----------------------	----	--	-----------------------	------	--

Componente Curricular	Prestação de Contas				
Período letivo:	4º Semestre	Carga Horária:	67 h		
Objetivos					
<p>Reconhecer a importância do processo de prestação de contas; Compreender o mecanismo de prestação das contas públicas; Compreender o processo de gestão responsável baseado na lei de responsabilidade fiscal; Reconhecer as regras de controle estabelecidas na Lei de Responsabilidade Fiscal; Compreender o processo de prestação de contas da administração pública federal; Compreender o processo de prestação de contas da administração pública estadual; Compreender o processo de prestação de contas da administração pública municipal.</p>					

Componente Curricular	Direito Tributário				
Período letivo:	4º Semestre	Carga Horária:	67 hs		
Objetivos					
Propiciar uma visão geral do direito tributário aplicado ao dia a dia do Gestor Público					
Ementa					
Visão Geral e Conceitos Básicos de Direito Tributário. Princípios Constitucionais Tributários. Tributos em Espécie. Fontes. Imunidades e Isenções. Obrigação Tributária. Crédito Tributário. Processo Administrativo Fiscal. Execução Fiscal					
<i>Bibliografia Básica</i>					
Título/Periódico	Autor	Edição	Local	Editora	Ano
Curso de Direito Tributário	MACHADO, Hugo de Brito	33ª	São Paulo	Malheiros	2012
Manual de Direito Tributário	SABBAG, Eduardo	4ª	São Paulo	Saraiva	2012
Curso de Direito Constitucional Tributário	CARRAZA, Roque Antônio	28ª	São Paulo	Catavento	2012
Bibliografia Complementar					



Ministério da Educação
Instituto Federal do Paraná

Manual de Direito Tributário	MARTINS, Sérgio Pinto	12 ^a	São Paulo	Atlas	2013	
Curso de Direito Tributário	CARVALHO, Paulo de Barros	24 ^a	São Paulo	Saraiva	2012	
Direito Tributário Brasileiro	BALEEIRO, Eliomar	12 ^a	São Paulo	Forense	2013	

Componente Curricular	Gestão Participativa					
Período letivo:	4º Semestre	Carga Horária:	33 h			
Objetivos						
<p>Compreender a importância da participação popular na gestão pública; Conhecer os mecanismos que possibilitam a participação na gestão pública; Entender o conceito de Gestão Compartilhada; Contextualizar a gestão participativa e compartilhada na gestão pública.</p>						
Ementa						
<p>Os principais mecanismos de participação popular; Direitos e garantias fundamentais; Fiscalização das contas públicas; Fiscalização do usuário de serviços públicos; Realização de audiências públicas no Congresso Nacional; Conselhos Gestores nas áreas que envolvem: direitos dos trabalhadores; seguridade social (saúde, previdência e assistência social); educação; proteção do patrimônio cultural brasileiro; meio ambiente e formação da criança e do adolescente; Previsão de participação popular em leis como o Estatuto das Cidades, a Lei de Licitações e Contratos e a Lei de Responsabilidade Fiscal. Obstáculos que impossibilitam a participação popular e como modificar esse paradigma. Formas de Gestão Compartilhada.</p>						
<i>Bibliografia Básica</i>						
Título/Periódico	Autor	Edição	Local	Editora	Ano	

Administração Pública Democrática – Institutos de Participação Popular na Administração Pública	PEREZ, Marcos Augusto	1ª		Fórum	2004
A Cidade Ativa: referendo, plebiscito e iniciativa popular	BENEVIDES, Maria Vitória	1ª	São Paulo	Ática	1996
Reinventando o Governo: Como o espírito empreendedor está transformando o setor público	OSBORN, David e GAEBLER, Ted.	2ª	Brasília	MH Comunicação	1994
<i>Bibliografia Complementar</i>					
Direito eleitoral brasileiro	CÂNDIDO, Joel José	6ª	São Paulo	Edipro	1996
A Era dos Direitos	BOBBIO, Norberto	1ª	Rio de Janeiro	Campus	1992
Subsídios sobre planejamento participativo.	CORNELY, Seno.	Artigo		Rev. Brasileira de Planejamento Municipal	1977.
Constituição da República Federativa do Brasil					
Código Civil Brasileiro					

Componente Curricular	Planejamento Estratégico Optativa					
Período letivo:	5º Semestre	Carga Horária:	67 h			
Objetivos						
- Desenvolver a compreensão crítica dos conceitos e abordagens do Planejamento Estratégico; o processo de formulação, implementação e controle das estratégias, bem como as principais metodologias e técnicas de análise estratégica						
Ementa						
Conceitos e tipos de planejamento estratégico. Escolhas de estratégia. Objetivos estratégicos. Análise ambiental. Modelos de concorrência. Análise SWOT. Processo de formulação e implementação de estratégia. Controle e análise de resultados.						
<i>Bibliografia Básica</i>						
Título/Periódico	Autor	Edição	Local	Editora	Ano	
O processo da Estratégia	MINTZBERG, H.; LAMPEL, J.; QUINN, J.B.; GHOSHAL, S.	4ª	Porto Alegre	Bookman	2009	
Safári de Estratégia	MINTZBERG, H. et al.	2ª	Porto Alegre	Bookman	2000	
Planejamento estratégico	OLIVEIRA, D. P. R.	29ª	São Paulo	Atlas	2011	
<i>Bibliografia Complementar</i>						



Ministério da Educação
Instituto Federal do Paraná

Organização Orientada para a Estratégia	KAPLAN, R. S.; NORTON, D. P.	20 ^a	Rio de Janeiro	Elsevier	2000	
Administração Estratégica: conceitos	WRIGHT, P.; KROLL, M. J.; PARNELL, J.	1 ^a	São Paulo	Atlas	2000	
Administração Estratégica	HITT, M.; IRELAND, R. D.; HOSKISSON, R. E.	2 ^a	São Paulo	Cengage	2008	

Componente Curricular	Gestão de Serviços e Obras Públicas		
Período letivo:	5º Semestre	Carga Horária:	67 h
Objetivos			
<p>Reconhecer o papel do Estado na oferta de serviços públicos; Estabelecer o conceito de qualidade na oferta de serviços públicos; Inferir possibilidades de melhora na oferta de serviços públicos; Identificar os principais serviços públicos ofertados pelo Estado; Compreender os passos necessários para a realização de Obras Públicas; Conceituar parceria pública-privada na oferta de obras e serviços; Conceituar qualidade na execução de Obras Públicas.</p>			
Ementa			
<p>Estado de bem estar social; O Estado como provedor de serviços e obras públicas; Educação e formação cidadã; Segurança e ordem social; Saúde e Sanitarismo; Seguridade; Assistência social; Infra-estrutura; Qualidade na oferta de serviços e obras públicas; Otimização de serviços e obras públicas; Obras Públicas e sua necessidade; Passos para a elaboração de obras públicas</p>			

Serviços e Obras públicas e seus benefícios para a população.

Bibliografia Básica

Título/Periódico	Autor	Edição	Local	Editora	Ano
Obras Públicas: Licitação, Contratação, Fiscalização e Utilização.	ALTOUNIAN, Claudio Sarian	2ª	Belo Horizonte	Fórum	2009
Parcerias na Administração Pública: Concessão, Permissão, Franquia, Terceirização, parceria Público-Privada e outras formas.	DI Pietro, Maria Sylvia Zanella	2ª	São Paulo	Atlas	1997
Gestão Orçamentária e Financeira na Administração Pública	CALIL, V.	1ª	Curitiba	Mimeo	

Bibliografia Complementar

Novos modelos de gestão na prestação de serviços públicos e o estabelecimento do marco regulatório.	CONFORTO, Glória (Artigo)	Revista nº 31, V. 4 p. 216-29	Rio de Janeiro	Revista Adm. Pública	1997
Lei Federal nº 8.987/95					1995
Lei Federal nº 9.074/95					1995
Constituição Federal					
Criatividade: abrindo o lado inovador da mente	PREDEBON, José	4ª	São Paulo	Atlas	2002

Componente Curricular	Patrimônio, Materiais e Logística					
Período letivo:	5º Semestre	Carga Horária:	67 h			
Objetivos						
<p>Reconhecer administração de estoques e do almoxarifado. Conceituar bens patrimoniais e sistemas de controle do patrimônio. Reconhecer a gestão do patrimônio na esfera pública. Compreender a importância do controle do patrimônio público e suas técnicas. Elencar princípios de distribuição e de cadeia de suprimentos.</p> <p style="text-align: center;">Ementa</p> <p>Conceito de Patrimônio Público; Organização de almoxarifados; Controle de estoques; Controle do patrimônio público e suas técnicas; Gerenciamento do patrimônio público; Canais e rotas de distribuição; Canais e meios de suprimentos; Formação de fornecedores.</p>						
<i>Bibliografia Básica</i>						
Título/Periódico	Autor	Edição	Local	Editora	Ano	
Bens Públicos, Domínio Urbano, Infra-Estruturas	MARRARA, Thiago	1ª	Belo Horizonte	Fórum	2007	

Administração da Produção	MARTINS, P.G. LAUGENI, F.P.	2ª	São Paulo	Saraiva	2005
Administração de Recursos Materiais e Patrimoniais: Uma abordagem logística	POZO, Hamilton	2ª	São Paulo	Atlas	2002
<i>Bibliografia Complementar</i>					
Administração de Materiais e Recursos Patrimoniais.	MARTINS, P.G. ALT, Paulo Renato Campos	3ª	São Paulo	Saraiva	2009
Administração de Materiais: Uma Abordagem Logística	DIAS, Marco Aurélio Pereira	2ª	São Paulo	Atlas	1993
Iniciação à Administração de Materiais.	CHIAVENATO, Idalberto	1ª	São Paulo	McGraw-Hill	1991
Manual da administração de materiais.	MESSIAS, Sérgio B.	1ª	São Paulo	Atlas	1983
Gestão da Cadeia de Suprimentos: conceitos, estratégias, práticas e casos. <i>Supply chain management</i>	PIRES, Sílvio R. I.		São Paulo	Atlas	2004

Componente Curricular	Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS (optativa)					
Período letivo:		Carga Horária:	67 h			
Objetivos						
Entender os aspectos sociais e clínicos da surdez. <input type="checkbox"/> Conhecer a Língua Brasileira de Sinais. <input type="checkbox"/> Praticar LIBRAS.						
Ementa						
<input type="checkbox"/> ASPECTOS CLÍNICOS, EDUCACIONAIS E SÓCIO-ANTROPOLÓGICOS DA SURDEZ. A LÍNGUA DE SINAIS BRASILEIRA - LIBRAS: NOÇÕES BÁSICAS DE FONOLOGIA, DE MORFOLOGIA E DE SINTAXE. ESTUDOS DO LÉXICO DA LIBRAS. NOÇÕES DE VARIAÇÃO. PRATICAR LIBRAS.						
<i>Bibliografia Básica</i>						
	Título/Periódico	Autor	Edição	Local	Editora	Ano
	Por uma Gramática de Línguas de Sinais, 1995.	BRITO, L. F.		Rio de Janeiro	Tempo Brasileiro	1995
	Variação Linguística em Língua de Sinais Brasileira: foco no léxico.	CASTRO JUNIOR, G.		Brasília	Dissertação de Mestrado: UnB	2011
	LIBRAS e Língua Portuguesa:	COUTINHO, D.		João	Arpoador	2000

semelhanças e diferenças.			Pessoa			
<i>Bibliografia Complementar</i>						
Libras em Contexto.	FELIPE, T. A.	7 ^a	Brasília	MEC/SEESP	2007	
Língua de Sinais Brasileira: estudos lingüísticos.:	QUADROS, R. M.; KARNOPP, L.		Porto Alegre	Artmed	2004	
Vendo Vozes: uma viagem ao mundo dos surdos.	SACKS, O. W.		São Paulo	Companhia das Letras	1998	
A Surdez: um olhar sobre as diferenças	SKLIAR, C.		Porto Alegre	Mediação	1998	
Como é Ser Surdo	STRNADOVÁ, V.		Petrópolis	Babel	2000	

Componente Curricular	Controle Interno e Externo		
Período letivo:	5º Semestre	Carga Horária:	67 h
Objetivos			
<p>Conhecer os procedimentos de controle interno da administração pública</p> <p>Entender da elaboração de controle interno.</p> <p>Conhecer as sobre as técnica do processo de controle da administração publica.</p> <p>Saber sobre as funções de controle: políticas, jurídica e administrativa.</p> <p>Identificar os instrumentos de controle de gestão</p> <p>Entender os PTA.s (Papéis de Trabalho) na organização, guarda, sinais e símbolos dos documentos</p> <p>Conhecer o papel dos Tribunais de Contas, no âmbito municipal, estadual e federal</p> <p>Saber o processo de prestação de contas anuais</p>			
Ementa			
<p>Organizar o sistema de controle interno do órgão da administração pública.</p> <p>O processo de controle interno da administração pública.</p> <p>Atribuições do Poder Legislativo no controle da administração pública</p> <p>As funções dos Tribunais de Contas no controle dos recursos públicos</p> <p>Sistemas de Controle de Gestão, RH, suprimentos e bens, patrimonial, operacional, convênios e orçamentário.</p> <p>Processos de auditoria contábil e financeira.</p> <p>Técnicas de Controle.</p> <p>Controle social dos recursos públicos</p>			

Bibliografia Básica

Título/Periódico	Autor	Edição	Local	Editores	Ano
Controle Social da função administrativa do Estado	SIRAQ, Vanderlei (Projeto Mestrado)	1ª	São Paulo	Saraiva	2009
Contabilidade Gerencial.	COGAN, Samuel	1ª	São Paulo	Saraiva	2007
Controladoria: Teoria e Prática	FIGUEIREDO, Sandra; CAGGIANO, Paulo César	4ª.	São Paulo	Atlas	2008
<i>Bibliografia Complementar</i>					
Introdução à Controladoria: Conceitos, sistemas, implementação.	NAKAGAWA, Massaiuki	1ª.	São Paulo	Atlas	1993
Controladoria de gestão: teoria e prática	PEREZ JUNIOR, José Hernandez.; PESTANA, A. O.; FRANCO, S. P. C.	2ª.	São Paulo	Atlas	1997
Controladoria Básico	PADOVESE, Clóvis Luis	1ª.	São Paulo	Thomson	2004
Manual de contabilidade tributária	CHIEREGATO, Renato; PEREZ, José Hernandez; GOMES, Marliuete Bezerra.	9ª.	São Paulo	Atlas	2010
Imposto de renda das empresas: interpretação e prática.	HIGUCHI, Hiromi; HIGUCHI, Celso Hiroyuki..	28ª.	São Paulo	Atlas	2003

NATUREZA E ESCOPO

Objetivo

O objetivo da disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) é contribuir para o desenvolvimento de sua capacidade científica e possibilitar ao aluno a aplicação prática de conteúdos estudados ao longo do curso Tecnólogo em Gestão Pública.

Assim sendo, o aluno individualmente ou em grupo de no máximo 3 pessoas poderá optar por uma das linhas abaixo para o desenvolvimento do seu TCC:

- 1) Estruturar um órgão ou setor público em qualquer área de atuação (escolha do aluno em acordo com a sugestão do professor orientador conforme sua linha de pesquisa científica);
- 2) Desenvolver um trabalho monográfico, de cunho científico, abordando um tema relevante no contexto da Gestão Pública, relativo a Gestão de Políticas Públicas, Gestão de Recursos Humanos, Gestão do Patrimônio e de Compras, Ética no Serviço Público, Gestão Ambiental, Controladoria Pública, ou outra temática estudada durante o curso.

Desde o segundo semestre do curso, os alunos iniciam seu contato com o TCC através da disciplina “Introdução à Metodologia Científica”. Nela já desenvolveram seus pré-projetos, para que durante a disciplina de TCC, no quinto semestre, já tenham iniciado e direcionado suas atividades.

O TCC é uma disciplina presencial, sendo que o aluno terá encontros periódicos com o seu professor orientador, os quais se darão em horário definido e também em outros horários previamente combinados entre o orientador e o (s) aluno (s).

Ao final da disciplina, o (s) aluno (s) poderá (ao) apresentar seu trabalho final em qualquer uma das seguintes formas: Artigo científico ou Monografia.

Em ambos os casos haverá apresentação oral do trabalho, sendo que a avaliação do TCC será realizada por uma

banca formada por três professores, onde os critérios utilizados na avaliação serão:

1. Domínio de Conteúdo.
2. Expressão Oral.
3. Organização da Apresentação Oral.
4. Organização do Trabalho Escrito.

Importante: No quinto semestre, o aluno tem até 30 dias para pedir alteração do orientador e/ou tema.

Responsabilidades

- Coordenador do curso - é responsável pela definição de cronograma do professor orientador para cada aluno/grupo de alunos, convite aos professores que formarão a banca avaliadora, envio de orientações aos envolvidos e divulgação das notas dos alunos;
- Professor orientador – é responsável pelo atendimento e orientação ao aluno no que se refere ao TCC, devendo dirimir dúvidas sobre o mesmo (estrutura, formatação e indicação de leituras), fixando um cronograma de execução do trabalho junto ao(s) aluno(s);
- Aluno(s) – responsável(is) pelo desenvolvimento do trabalho, devendo procurar o professor orientador para agendamento das reuniões de acompanhamento, seguir as orientações do professor orientador e entregar o TCC impresso em até 10 dias após apresentação à banca avaliadora (com as devidas correções, se necessário).

Caso o(s) aluno(s) seja(m) reprovado(s) no Trabalho de Conclusão de Curso, terá(ão) direito a dar continuidade ao seu trabalho em um período letivo posterior, devendo passar pelas etapas de preparação e avaliação já descritas.

Título/Periódico	Autor	Edição	Local	Editores	Ano
Direito Urbanístico e Ambiental	DALLARI, Adilson Abreu SARNO, Daniela Campos Libório di	1ª	Belo Horizonte	Fórum	2007

Controladoria: Teoria e Prática	FIGUEIREDO, Sandra; CAGGIANO, Paulo César	4ª.	São Paulo	Atlas	2008
Curso Avançado de Licitações e Contratos Públicos	MUKAI, Toshio.	1ª	São Paulo	Juarez de Oliveira	2000
<i>Bibliografia Complementar</i>					
Pregão Presencial e Eletrônico	NIEBUHR, Joel de Menezes.	3ª	Curitiba	Zênite	2005
Bens Públicos, Domínio Urbano, Infra-Estruturas	MARRARA, Thiago	1ª	Belo Horizonte	Fórum	2007
Responsabilidade Fiscal, Orçamento e Auditoria	ÁVILA, C. A.	Trabalho	Curitiba	Ibepex	2003
Lei Federal nº 8.987/95					
Lei Federal nº 9.074/95					

3.10 Estágio Curricular Supervisionado: O estágio curricular não obrigatório é um ato educativo de natureza opcional, com a finalidade de complementar os conhecimentos teóricos recebidos pelo estudante ao longo das atividades de ensino/aprendizagem e obedecerá a legislação específica, bem como as normas e diretrizes internas da IFPR. O estágio curricular não obrigatório deve ser organizado tendo em vista os seguintes objetivos: I – ampliar a formação acadêmico-profissional do estudante; II- propiciar ao estudante, na prática, a aplicação dos conhecimentos teóricos obtidos durante a realização do curso; III - promover a integração social do estudante. O estágio curricular não obrigatório será regulamentado pela Pró-Reitoria de Extensão, Pesquisa e Inovação em articulação com a Direção de Ensino, Pesquisa e Extensão do Campus Curitiba, com as seguintes atribuições: I - celebrar convênio com a entidade concedente de estágio ou agência de integração empresa-escola; II - aprovar o plano de estágio elaborado pelo estudante e seu orientador; III - assegurar a supervisão acadêmica do estágio, a ser realizada de forma compartilhada pelos orientadores e pelos supervisores profissionais vinculados às entidades concedentes; IV - aprovar e assinar o termo de compromisso de estágio, conforme legislação vigente. Só poderão estagiar estudantes regularmente matriculados e com frequência regular, preferencialmente depois de cursado um semestre letivo. A duração do estágio curricular não obrigatório não poderá ser inferior a um semestre. - A supervisão do estágio curricular não obrigatório caberá ao profissional vinculado à entidade concedente do estágio em conjunto com profissional orientador indicado pelo curso ao qual o aluno está matriculado. Cabe ao profissional orientador do estágio: I - elaborar em conjunto com o estudante estagiário o plano de estágio, observada a adequação das atividades de estágio com a área de formação do estudante, de forma a garantir o desenvolvimento de competências necessárias à sua formação profissional. II - solicitar relatórios dos estágios, verificar a assiduidade do estagiário e preencher a ficha de avaliação. Cabe ao supervisor profissional da entidade concedente: I - avaliar as atividades desenvolvidas pelo estudante estagiário; II - assinar a ficha de frequência do aluno estagiário; III - orientar a elaboração dos relatórios do estágio e preencher a ficha de avaliação; IV - verificar a adequação das atividades de estágio com a área de formação do estudante, de forma a garantir o desenvolvimento de competências necessárias à sua formação profissional.

3.11 Trabalho de Conclusão de Curso: O objetivo da disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) é contribuir para o desenvolvimento de sua capacidade científica e possibilitar ao aluno a aplicação prática de conteúdos estudados ao longo do curso Tecnólogo em Gestão Pública.

Assim sendo, o aluno individualmente ou em grupo de no máximo 3 pessoas poderá optar por uma das linhas abaixo para o desenvolvimento do seu TCC:

- 1) Estruturar um órgão ou setor público em qualquer área de atuação (escolha do aluno em acordo com a sugestão do professor orientador conforme sua linha de pesquisa científica);
- 2) Desenvolver um trabalho monográfico, de cunho científico, abordando um tema relevante no contexto da Gestão Pública, relativo a Gestão de Políticas Públicas, Gestão de Recursos Humanos, Gestão do Patrimônio e de Compras, Ética no Serviço Público, Gestão Ambiental, ou outra temática estudada durante o curso.

O TCC é uma disciplina presencial, sendo que o aluno terá encontros periódicos com o seu professor orientador, os quais se darão em horário definido e também em outros horários previamente combinados entre o orientador e o (s) aluno (s).

Ao final da disciplina, o (s) aluno (s) poderá (ao) apresentar seu trabalho final em qualquer uma das seguintes formas: Artigo científico ou Monografia.

Em ambos os casos haverá apresentação oral do trabalho, sendo que a avaliação do TCC será realizada por uma banca formada por três professores, onde os critérios utilizados na avaliação serão:

1. Domínio de Conteúdo.
2. Expressão Oral.
3. Organização da Apresentação Oral.
4. Organização do Trabalho Escrito.

Demais orientações estão previstas no regulamento do TCC do Campus Curitiba-Pr.

3.12 Atividades Complementares: Os trabalhos complementares serão solicitados pelos docentes ao longo do curso, e poderão ser compostos de: seminários, palestras, atividades de complementação de aprendizagem, atividades interdisciplinares, avaliações, dentre outras

4 Corpo Docente:

4.1 Direção	
Nome	Regime de Trabalho
Adriano William da Silva	Dedicação Exclusiva
Formação superior	
Licenciatura e Bacharelado em Física pela Universidade Federal do Paraná	

Pós-graduação	
Especialização em Metodologia do Ensino da Matemática pelo Instituto Brasileiro de Pós-Graduação e Extensão - IBPEX (2003), Especialista em Gestão Pública- Área de Concentração: Políticas Públicas pelo IFPR. Mestrado em Física (2005) e Doutorado em Física (2008) pela Universidade Federal do Paraná,	
1. Direção de Ensino	
Nome Sheila Cristiana de Freitas	Regime de Trabalho Dedicação Exclusiva
Formação superior Bacharelado em Informática pela Universidade Positivo	
Pós-Graduação:	
Mestrado em Ensino de Ciência e Tecnologia pela Universidade Tecnológica Federal do Paraná	
4.2 Coordenação de Curso	
Nome Ciro Bächtold	Regime de Trabalho Dedicação Exclusiva
Formação superior Ciências Contábeis- Faculdade de Administração e Economia - FAE	
Pós-graduação Mestrado em Gestão Urbana – PUC/PR Especialização em Administração Pública – Unibrasil Aperfeiçoamento em Contabilidade e Finanças - UFPR	
Nome Paulinho Rene Stefanello	Regime de Trabalho Dedicação Exclusiva
Formação superior Ciências Contábeis- Faculdade de Ciências e Letras de Paranaíba - FAFIPA	
Pós-graduação Direito Processual Tributário – UNICENP	
4.3 Corpo Docente	
Nome Berenice Marie Ballande Romanelli	Regime de Trabalho Dedicação Exclusiva

Formação superior Psicologia – PUC/PR Gravura - EMBAP (Escola de Música e Belas Artes do Paraná)	
Pós-graduação Pós-graduação em Neuropsicologia - Faculdade Dom Bosco Mestrado em Educação - UFPR Doutora em Educação - UFPR	
Nome Cássia Cristina Moretto da Silva	Regime de Trabalho Dedicação Exclusiva
Formação superior Direito - UFPR	
Pós-graduação Pós-graduada em Gestão escolar: coordenação pedagógica – IBPEX Mestrado em Ciências Humanas – Tuiuti-PR.	
Nome Claudir Schmidlin	Regime de Trabalho Dedicação Exclusiva
Formação superior Ciências Contábeis - Fundação de Estudos Sociais do Paraná	
Pós-graduação Especialista em Administração de Empresas - Instituto Superior de Administração e Informática.	
Nome Deise Leandra Fontana	Regime de Trabalho Dedicação Exclusiva
Formação superior Matemática - UFPR	

<p>Pós-graduação</p> <p>Especialista em Matemática – UFPR</p> <p>Mestrado em Educação - UFPR</p>	
<p>Nome</p> <p>Marcos Rogério Maioli</p>	<p>Regime de Trabalho</p> <p>40h</p>
<p>Formação superior</p> <p>Turismo – UFPR</p>	
<p>Pós-graduação</p> <p>Especialização Sociologia Política – UFPR</p> <p>Especialização Planejamento e Gestão de Turismo – UFPR</p> <p>Doutorado em andamento em Gestión y Desarrollo Turístico Sostenible.</p>	
<p>Nome</p> <p>Divane Dias dos Santos Nascimento</p>	<p>Regime de Trabalho</p> <p>Dedicação Exclusiva</p>
<p>Formação superior</p> <p>Ciências Contábeis – Universidade Mackenzie - SP</p>	
<p>Pós-graduação</p> <p>Especialista em Finanças de Empresas - Universidade Mackenzie – SP</p> <p>Mestrado em Contabilidade - UFPR</p>	
<p>Nome</p> <p>Janaína Seguin Franzolin</p>	<p>Regime de Trabalho</p> <p>Dedicação Exclusiva</p>
<p>Formação superior</p> <p>Administração de Empresas – Faculdade Católica de Administração e Economia</p>	
<p>Pós-graduação</p> <p>Especialista em Marketing – Faculdade Católica de Administração e Economia</p> <p>Mestrado em Administração - UFPR</p>	

Nome	Regime de Trabalho
Pedro Antonio Bittencourt Pacheco	Dedicação Exclusiva
Formação superior	
Tecnologia em Gestão Publica - IFPR	
Pós-graduação	
Mestrando Engenharia de Produção – Unimep-SP	
Nome	Regime de Trabalho
Priscila da Silva Duarte	Dedicação Exclusiva
Formação superior	
Administração com habilitação em Marketing – Faculdade Estácio de Sá (Ourinhos/SP)	
Pós-graduação	
Especialista em Publicidade, Propaganda e Marketing – Centro Universitário Filadélfia	
Especialista em Gestão de Pessoas – SPEI	
Mestrado em Administração - UNICENP	
Nome	Regime de Trabalho
Celia Regina Gapski Yamamoto	Dedicação Exclusiva
Formação Superior	
Programa Espec. Formac. Pedago. Docentes Educ. Prof. UFPR	
Pós-graduação	
Especialização em Paisagismo – PUC	
Especialização em Gestão Técnica do Meio Ambiente – PUC/PR	
Especialização Gerenciamento Municipal de Recursos Hídricos – UFCG	
Mestrado em Planejamento Ambiental – Kobe University, U.Kobe*, Japão	
Doutorado em Geografia - UFPR	

Nome Alexandre Machado Fernandes	Regime de Trabalho Dedicação Exclusiva
Formação Superior Ciências Contábeis – Fac. Ciências Aplicadas de Foz do Iguacu-PR.	
Pós-graduação Especialização em Contabilidade Financeira e Controladoria – UNIOESTE/PR Mestrado em Administração - UFPR	
Nome Anjor Mujica De Paula	Regime de Trabalho 40 Horas
Formação Superior Filosofia - UFPR	
Pós-graduação Especialização em Gerenciamento de Obras – UTPR Especialização em Engenharia de Segurança do Trabalho – UFPR Mestrado em engenharia de Produção - UFPR	
Nome Diana Gurgel Pegorin	Regime de Trabalho Dedicação Exclusiva
Formação Superior Secretaria executiva-PUC/PR..	
Pós-graduação Especialização: Metodologia Inovadora na Ação Docentes PUC/PR Mestrado: Educação PUC/PR	
Nome Marco Aurelio Visintin	Regime de Trabalho Dedicação Exclusiva

Formação Superior Tecnólogo em Processamento de Dados - UFPR	
Pós-graduação Especialização em Ciência da Computação – UFRGS Mestrado em Engenharia Elétrica e Informática Industrial - UFPR	
Nome Flavia Duarte Ferraz Sampaio	Regime de Trabalho Dedicação Exclusiva
Formação Superior Bacharel em Direito - UFES	
Pós-graduação Mestrado em Ciências Biológicas – UFES Doutoranda em Zoologia - UFPR	
Nome Ciro Bachtold	Regime de Trabalho Dedicação Exclusiva
Formação Superior Ciências contábeis – FAE-PR	
Pós-graduação Especialização em Administração Pública – Unibrasil Mestrado em Gestão Urbana – PUC/PR	
Nome Sandro Romanelli	Regime de Trabalho 20h
Formação Superior Bacharel em Direito - UFPR	

Pós-graduação Especialização em Direito Constitucional – PUC-PR Mestrado em Direito – UFPR Doutorando: A performance Deliberativa das Cortes Constitucionais - UFPR	
Nome	Regime de Trabalho
Sergio De Jesus Vieira	20h
Formação Superior Ciências Contábeis – FAE/PR	
Pós-graduação Administração – PUC/PR Mestrado em Engenharia de Produção - UFSC	
Nome	Regime de Trabalho
Elcio Martens	Dedicação Exclusiva
Formação Superior Bacharel em Ciências Contábeis - UEM	
Pós-graduação Mestrado em Contabilidade Avançada - UNIMAR	
Nome	Regime de Trabalho
Marineide Maria Silva	Dedicação Exclusiva
Formação Superior Ciências Sociais - UFSC	
Pós-graduação Mestrado em Sociologia Política - UFSC Doutorado em Ciências Sociais - Unicamp	

4.1 Corpo Docente:

4.1.1 Atribuições do Coordenador: As atribuições dos coordenadores de cursos técnicos e superiores do Campus Curitiba do Instituto Federal do Paraná são determinadas pela Direção de Ensino, Pesquisa e Extensão do Campus. Em termos práticos, muitos desses procedimentos se tornam rotineiros ou têm regulamentações específicas. É no intuito de auxiliar os Coordenadores desses Cursos que a Direção de Ensino, Pesquisa e Extensão elaborou este manual, contendo as principais atividades rotineiras dos Colegiados de Curso e a regulamentação específica de cada atividade, esperando contribuir para uma melhor gestão das atividades de administração (organizar, liderar, planejar e avaliar) dos cursos ofertados no campus.

Tarefas rotineiras do coordenador

Reuniões com a Direção de Ensino, Pesquisa e Extensão: As reuniões dos coordenadores de curso com a Direção de Ensino, Pesquisa e Extensão ocorrerão ordinariamente, uma vez por mês.

Reuniões do Colegiado: As reuniões do Colegiado de Curso deverão ocorrer ordinariamente, uma vez por mês.

Solicitação de Oferta de Disciplinas: Ao final de cada período letivo, em data informada pela Direção de Ensino, Pesquisa e Extensão do Campus, devem ser elaboradas as listas de oferta de disciplinas de cada curso. Cabe ao coordenador do curso solicitar à Secretaria Acadêmica a abertura das disciplinas do seu curso. Outra atribuição importante do coordenador de curso é a de elaborar a prévia da grade horária do semestre (cursos subseqüentes e superiores e disciplinas técnicas dos cursos técnicos integrados), submetendo-a para análise e conclusão da Direção de Ensino, Pesquisa e Extensão.

Solicitação de Documentos dos Professores: Ao iniciar cada período letivo (semestre ou ano) os coordenadores deverão receber dos professores que lecionam nos cursos sob sua coordenação os seguintes documentos em arquivo impresso e digital: planos de ensino e plano de trabalho docente. Tais documentos (em arquivo digital) serão encaminhados para a Direção de Ensino, Pesquisa e Extensão a fim de que sejam analisados e publicados e os documentos impressos deverão ser arquivados pela Coordenação do Curso.

Ao finalizar cada período letivo (semestre ou ano) os coordenadores deverão receber dos professores que lecionaram nos cursos sob sua coordenação a folha de registro de frequência, conteúdos e rendimento dos alunos, a qual será arquivada junto a Coordenação do Curso e sempre que solicitada deverá ser encaminhada para a Direção de Ensino, Pesquisa e Extensão do Campus.

Matrícula: Os coordenadores de curso devem acompanhar o processo de matrícula dos alunos do seu curso. Caberá a eles analisar as solicitações de matrículas em disciplinas de dependência e a abertura das turmas será feita de acordo com orientações emitidas pela Direção de Ensino, Pesquisa e Extensão. Essas informações deverão ser sempre encaminhadas para a Direção de Ensino, Pesquisa e Extensão do Campus quando solicitadas.

Acompanhamento do Rendimento dos Alunos: A Portaria 120/09 da Reitoria e a Regulamentação de Avaliação do Campus dispõe sobre o acompanhamento do rendimento dos alunos do campus, regulamentando os procedimentos de acompanhamento de estudos e recuperação da aprendizagem de alunos. Compete ao Colegiado do curso acompanhar a situação do aluno que se encontre defasado da matriz curricular do curso.

No horário destinado ao atendimento dos alunos pelos professores, poderá ser aplicado um Plano de Estudos. O Plano de Estudo deve envolver, na elaboração e na execução, aluno e Colegiado do Curso. O Plano de Estudo deve ser impresso em duas vias, assinadas pelo aluno e pelo coordenador, sendo uma para o aluno e outra para o Colegiado.

Os coordenadores de curso devem estabelecer contato com os pais dos alunos menores de idade que apresentam baixo rendimento, informando-os sobre a situação dos mesmos. Tais informações deverão ser repassadas à Direção de Ensino, Pesquisa e Extensão do Campus, que deverá ser requisitada quando necessário para auxiliar no atendimento dessas demandas.

Colação de Grau: O Coordenador deverá prestar atenção especial nas matrículas dos alunos finalistas, para garantir que os mesmos possam colar grau ao final do período. Para isso devem ser verificados os boletins escolares anuais para detectar alguma pendência. Na data solicitada pela Direção de Ensino, Pesquisa e Extensão do Campus, os coordenadores devem enviar a listagem dos prováveis formandos para a Secretaria Acadêmica a fim de que sejam organizados os documentos necessários para a colação de grau.

Migração de alunos entre diferentes matrizes curriculares do mesmo curso: Para um aluno migrar de uma versão de currículo para outra, o Coordenador deverá encaminhar a Direção de Ensino, Pesquisa e Extensão do Campus, um memorando solicitando a respectiva migração, acompanhado da ata da reunião do Colegiado, onde a questão foi apreciada, e da solicitação do aluno ao Colegiado. Neste processo deve conter o documento que analisa as equivalências das disciplinas já cursadas com as existentes na outra matriz curricular do curso. Esta solicitação deverá ser efetuada antes do início do semestre ou ano letivo em que o aluno irá se matricular.

Reopção ou Remoção de Curso: A reopção de um curso para outro e a remoção no mesmo curso para turno ou local diferente estarão sujeitas a análise da Coordenação dos Cursos e da Direção de Ensino, Pesquisa e Extensão, considerando a existência de vagas ociosas no curso pretendido e a similaridade entre as matrizes curriculares dos cursos.

Aproveitamento de estudos: Os projetos pedagógicos dos cursos regulamentam o aproveitamento de estudos. Compete ao coordenador do curso avaliar no âmbito do Colegiado com a orientação e anuência da Direção de Ensino, Pesquisa e Extensão do Campus, os requerimentos de aproveitamento de estudos dos alunos. Podem ser aproveitados estudos de disciplinas cursadas em outras instituições ou disciplinas cursadas em outros cursos/currículos na própria Instituição (neste caso a avaliação do aproveitamento de estudos pode ser feita apenas pela Direção de Ensino, Pesquisa e Extensão do Campus). Além disso, o aluno poderá solicitar aproveitamento de disciplinas com base em conhecimentos e experiências anteriormente desenvolvidas. Neste caso, o colegiado do curso poderá realizar entrevistas e/ou prova teórica-prática com o solicitante para aferir seu grau de conhecimento.

Alterações curriculares: Toda alteração curricular só poderá entrar em vigor no primeiro semestre letivo de um dado ano.

Para que sejam analisadas, os pedidos deverão ser submetidos a Direção de Ensino e Direção de Pesquisa, Extensão e Inovação do Campus até maio do ano anterior a fim de que haja tempo hábil de serem apreciadas pela PROENS.

Ao final de qualquer processo de alteração curricular é necessário informar:

1. A carga horária para integralização curricular.
2. Uma tabela de equivalência entre as disciplinas novas ou alteradas com as disciplinas anteriores.

Consideram-se alterações curriculares: mudanças na ementa, na carga horária e na periodização de uma disciplina.

Reformas Curriculares: Reformas curriculares completas devem seguir as orientações provenientes da PROENS e da Direção de Ensino, Pesquisa e Extensão do Campus, estando sujeitas aos mesmos prazos que as alterações curriculares. A elaboração do Projeto Pedagógico deverá obedecer as diretrizes curriculares para o curso em questão, conforme Resolução 55/2011 do IFPR.

Acompanhamento de Estágio: Os coordenadores de curso serão encarregados de acompanhar os locais de estágios de seus alunos (estágio obrigatório e estágio não obrigatório), verificando se os estagiários estão realizando as atividades previstas no contrato de estágio. Os coordenadores de curso serão encarregados de buscarem e dar início ao cadastro de locais de estágios obrigatórios seguindo



Ministério da Educação
Instituto Federal do Paraná

as orientações provenientes da PRI e da Direção de Ensino, Pesquisa e Extensão do Campus.

4.1.2 Experiência do Coordenador: Mestre em Gestão Urbana, Especialista em Administração Pública, Pós-Graduado em Contabilidade e Finanças, Bacharel em Ciências Contábeis, Técnico em Administração de Empresas. Coordenou o Curso de Tecnologia em Gestão Pública do IFPR na modalidade EAD durante o período de 2008 a 2012. Foi Diretor do Campus Avançado de Campo Largo – IFPR no período 2010 a 2011. Coordenou o Curso Técnico em Gestão Pública e Técnico em Contabilidade na Escola Técnica da UFPR, no período de 2005 a 2007. Foi professor da Escola Técnica e posteriormente Campus Curitiba do IFPR, de 2005 até a presente data. Trabalhou durante 18 anos na prefeitura de Campina Grande do Sul, ocupando diversos cargos entre eles: Secretário Municipal de Governo, Diretor de Tributação, Contador, Fiscal de Tributos e Oficial de Administração. Na Prefeitura Municipal de Campina Grande do Sul fez parte do Conselho Municipal de Segurança, do Conselho Municipal de Assistência Social e do Conselho Municipal da Criança e do Adolescente.

4.1.3 Núcleo Docente Estruturante (NDE): **Ciro Bächtold**, Mestre em Gestão Urbana, Bacharel em Ciências Contábeis – Regime de Trabalho DE; **Alexandre Machado Fernandes**, mestre em Administração, Bacharel em Ciências Contábeis – Regime de Trabalho DE; **Janaina Franzolin**, Doutora e Mestre em Administração, Bacharel em Administração – Regime de Trabalho DE; **Berenice Romanelli**, doutora em educação, psicóloga – Regime de Trabalho DE. **Marcos Rogério Maioli**, especialista em Planejamento e Gestão do Turismo e Sociologia Política – Regime de Trabalho – 20 horas. **Aline Coletto**, mestre em Gestão Ambiental – DE.

4.1.4 Colegiado de Curso: O colegiado do Curso de Tecnologia em Gestão Pública é composto por todos os docentes que ministram aulas no curso durante os dois últimos anos e dois representantes discentes. São realizadas reuniões ordinárias bimestrais e, se necessário são convocadas reuniões extraordinárias do colegiado de curso.

4.1.5 Políticas de Capacitação Docente: A distribuição de carga horária docente ao longo da semana é realizada, obedecendo os intervalos legais para descanso, sempre adequando às necessidades dos docentes do núcleo comum e dos docentes que estão em processo de qualificação, visando proporcionar-lhes condições adequadas para sua capacitação, obedecendo a resolução 48/11, que normatiza o Programa de Qualificação e Formação dos servidores.

4.1.6 Plano de Cargos e Salários dos Docentes:

O Instituto Federal do Paraná, por situar-se no âmbito da Rede pública Federal de Educação Profissional e Tecnológica possui um quadro docente constituído a partir de concurso público de provas e títulos. Os profissionais aprovados pelo concurso público ingressam no Plano de Carreira e Cargos do Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, Lei n. 11.784/2008.

A remuneração docente se constitui dos seguintes componentes:

- I- Vencimento Básico;
- II- Gratificação Específica de Atividade Docente do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico- GEDBT (art. 116) e
- III- Retribuição por Titulação- RT (art. 117)

A carreira docente se divide em seis classes:

- D I, D II, D III, D IV, D V e PROFESSOR TITULAR.

As classes D I, D II e D III contém 4 níveis: 1, 2, 3 e 4.

- A classe D IV contém 1 nível.
- A Classe D V contém 3 níveis.
- Professor Titular possui nível único.

A progressão na carreira pode ser dar de duas formas:

- 1) Progressão funcional por Titulação – O servidor receberá RT (Retribuição por Titulação) equivalente à titulação.
- 2) Progressão por desempenho acadêmico (progressão por mérito mediante avaliação de desempenho, realizada a cada 18 meses).

4.2 Corpo Técnico-Administrativo: Não há técnicos administrativos com atuação direta no curso.

4.2.1 Políticas de Capacitação do Técnico Administrativo: As políticas de capacitação do corpo Técnico Administrativo obedecem às normas internas e externas, que tratam desse grupo em específico. Portanto, toda e qualquer política adotada visam ao aperfeiçoamento de pessoal para melhor atender as demandas do Campus, as quais emanam da Direção do Campus e da Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas – PROGEPE.

4.2.2 Plano de Cargos e Salários dos Servidores Técnico-Administrativos: O Plano de Carreira dos Cargos Técnico-administrativos em Educação – Lei 11.091/2005, regulamentado pelos decretos 5824 e 5825 de 29/06/06 e reestruturados pela Lei 11.784/2008 – RJU – Lei 8112/90.



Ministério da Educação
Instituto Federal do Paraná

O Instituto Federal do Paraná, por situar-se no âmbito da Rede pública Federal de Educação Profissional e Tecnológica, possui um quadro técnico-administrativo constituído a partir de concurso público. Os profissionais aprovados pelo concurso público ingressam no Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação, normatizado dentre outras legislações, pelas Leis 8.112/90 e 11.091/2005.

O Plano de Carreira está estruturado em 5 (cinco) níveis de classificação (A, B, C, D e E), que estão relacionados ao nível mínimo de titulação exigido ao cargo, com 4 (quatro) níveis de capacitação cada (I, II, III e IV).

O desenvolvimento do servidor na carreira ocorre, exclusivamente, pela mudança de nível de capacitação e de padrão de vencimento mediante, respectivamente, Progressão por Capacitação Profissional ou Progressão por Mérito Profissional, a cada 18 meses mediante avaliação de desempenho, conforme anexo III e anexo I-C, respectivamente, da Lei do Plano de Carreira.

O servidor técnico-administrativo que apresentar titulação superior ao exigido para o cargo fará jus a incentivo à qualificação, nos termos e percentuais definidos no Anexo IV da Lei do Plano de Carreira, não caracterizando qualquer tipo de progressão de carreira.

5. INSTALAÇÕES FÍSICAS: Estão contempladas pela estrutura Física do Campus sendo esta em sua capacidade para atender a demanda dos cursos oferecidos pela instituição, com acessibilidade aos ambientes muito bem definidos, sala de aula com toda a infraestrutura necessária, biblioteca com sistema de acesso ao acervo online, além de laboratórios de informática, auditório e cantina.

5.1 Áreas de Ensino Específicas: Para o curso de tecnologia em gestão pública são disponibilizadas 03 salas de aula de aproximadamente 40m² cada.

5.2 Áreas de Estudo Geral: A estrutura física, biblioteca com acervo específico e atualizado, laboratório de informática, auditório para palestras, sala dos professores, sala da coordenação e recursos tecnológicos, estão contemplados na organização interna da Instituição do IFPR.

6. PLANEJAMENTO ECONÔMICO FINANCEIRO: Caberá a direção administrativa e financeira do Campus providenciar a estrutura adequada para a oferta do curso.

6.1 Expansão do Quadro Docente: Atualmente, o quadro de professores do IFPR atende à necessidade para oferta do curso e disciplinas.

6.2 Projeção de Aquisição de Materiais Permanente e Consumo: O Campus Curitiba dispõem de materiais permanente e de consumo que permitem o bom andamento do curso.

6.3 Projeção de Aquisição de Acervo Bibliográfico: Anualmente os docentes com atuação no curso são contatados para informar o autor, o título, o número de ISBN, a edição, o volume, a editora, a cidade e estado, a quantidade e a média de três orçamentos. Ressalta-se que os docentes deverão indicar somente obras com edições novas ou reeditadas. Na bibliografia básica, deve haver a previsão de compra de no mínimo três (3) bibliografias, sendo um exemplar para cada cinco (5) alunos. Na bibliografia complementar, devem ser previstas no mínimo cinco (5) bibliografias, sendo no mínimo dois exemplares para cada disciplina. Se a mesma bibliografia for utilizada em outros componentes curriculares do mesmo curso ou em outros cursos, a previsão de compra deverá ser revista para atender aos instrumentos de avaliação do INEP.